

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL CAMPUS OSÓRIO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM EVENTOS SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

AUTORIZADO PELA RESOLUÇÃO N.º 022, do CONCAMPO, de 28 de agosto de 2017. ATUALIZADO PELA RESOLUÇÃO n.º 001, do CONCAMPO, de 17de fevereiro de 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL

REITOR

Júlio Xandro Heck

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO Tatiana Weber

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL Amilton de Moura Figueiredo

PRÓ-REITOR DE ENSINO Lucas Coradini

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Marlova Benedetti

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO Eduardo Girotto

DIRETOR GERAL – CAMPUS OSÓRIO

Claudino Andrighetto

DIRETORA DE ENSINO – CAMPUS OSÓRIO

Milene Araújo Vitorino

DIRETORA DE PESQUISA E INOVAÇÃO – CAMPUS OSÓRIO Flávia Santos Twardowski Pinto

DIRETOR DE EXTENSÃO – CAMPUS OSÓRIO
Cláudius Jardel Soares

Nominata da Comissão de revisão do PPC:

Ana Lúcia O. Saraiva

Ednei Becher

Edval Moya Lopes

Fernanda Arboite

Milene Araujo Vitorino

Paola Cardoso Purim

Patrícia Prochnow

Roberto Saouaya

SUMÁRIO

1 DADOS DE IDENTIFICAÇAO	6
2 APRESENTAÇÃO	7
3 HISTÓRICO To the second seco	10
4 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPUS	12
4.1 Caracterização da região do Litoral Norte e do Município de Osório	14
4.1.1 Características ambientais e histórico-geográficas	14
4.1.2 Características socioeconômicas	16
4.1.3 Características educacionais	20
4.1.4 Características culturais	22
4.1.5 Características sociodemográficas	24
5 JUSTIFICATIVA ,	26
6 PROPOSTA POLÍTICO PEDAGÓGICA DO CURSO	29
6.1 Objetivo geral	29
6.2 Objetivos específicos	29
6.3 Perfil do curso	29
6.4 Perfil do egresso	31
6.5 Diretrizes e atos oficiais	35
6.6 Formas de ingresso	34
6.7 Princípios filosóficos e pedagógicos do curso	34
6.8 Representação gráfica do perfil de formação	37
6.9 Orientação para a construção da organização curricular do curso	37
6.9.1 Matriz Curricular	38
6.9.2 Prática Profissional	42
6.9.2.1 Atividades integradas entre os componentes curriculares	45
6.9.2.2 Laboratório de Turismo e Hospitalidade	45
6.10 Programas por Componentes Curriculares	46
6.10.1 Semestre I	
6.10.2 Semestre II	
6.11 Estágio Curricular	61
6.11.1 Obrigatório	61
6.11.2 Não obrigatório	61
6.12 Avaliação do processo de ensino e de aprendizagem	62
6.12.1 Da recuperação paralela	63
6.13 Critérios de aproveitamento de estudos e certificação de conhecimentos	63
6.14 Metodologias de Ensino	64
6.15 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão	65
6.16 Educação a Distância	67
6.16.1 Atividades de Tutoria	68
6.16.2 Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem	69
6.16.3 Material Didático	69
6.16.4 Avaliação do Processo Ensino e Aprendizagem	70
6.16.5 Equipe Multidisciplinar: Coordenadoria de Educação a Distância (CEaD) e N	úcleo
de Educação a Distância (NEaD)	70
6.16.6 Interação entre coordenador de curso, docentes e tutores (presenciais e a	
distância)	74
6.16.7 Infraestrutura	75

6.17 Acompanhamento pedagógico	75
6.17.1 Ações de Inclusão e Permanência	76
6.17.2 A Política de Assistência Estudantil	77
6.18 Articulação com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), Núcleo de Estudos Afro-açorianos e Indígenas (NEABI) e Núcleo de Estudo e Pesquisa em Gênero (NEPGE). 6.18.1 NAPNE: Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais	77
Específicas	78
6.18.2 NEABI – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas	79
6.18.3 NEPGS: Núcleo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Sexualidade	80
6.19 Colegiado do Curso	81
6.20 Quadro de pessoal	81
6.20.1 Corpo docente	82
6.20.2 Corpo técnico-administrativo	82
6.21 Certificados e diplomas	83
6.22 Infraestrutura	83
7 CASOS OMISSOS	84
8 REFERÊNCIAS	85
9 ANEXOS	88

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Denominação do Curso: Técnico em Eventos

Forma de oferta do curso: Subsequente

Modalidade: Presencial

Habilitação: Técnico em Eventos

Local de oferta: IFRS - Campus Osório

Eixo Tecnológico: Turismo, Hospitalidade e Lazer

Turno de funcionamento: Noite

Número de vagas: 35 vagas Periodicidade de oferta: anual

Carga horária total: 830 horas/relógio

Mantida: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFRS

Tempo de integralização do curso: 02 semestres

Tempo máximo de integralização: 04 semestres

Atos autorizativos: autorizado pela Resolução n.º 022, do concampo, de 28 de agosto de

2017. Atualizado pela resolução n.º 01, do concampo, de 08 de fevereiro de 2019.

Diretor de Ensino: Profa. Esp. Milene Araujo Vitorino (milene.vitorino@osorio.ifrs.edu.br)

Telefone: (51) 3601-3520

Coordenação do curso: Profa Dra. Ana Lúcia Olegário Saraiva

(ana.saraiva@osorio.ifrs.edu.br). Telefone: (51)3601.3500

2 APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) tem como princípios orientadores a oferta de cursos de formação profissional que atendam às expectativas das comunidades em que se insere.

O panorama socioeconômico da região de abrangência do *Campus* Osório (Litoral Norte), composto por 23 municípios, é propício a alteridades de picos em vista da sazonalidade relacionada ao Turismo. Os meses de veraneio (de novembro a março) mantém fluxo significativo de visitantes, movimentando uma gama de equipamentos, produtos e serviços em atividade. Os meses de baixa temporada (abril a outubro) tornam ociosa a estrutura turística e de apoio ao turismo, fazendo com que hotéis, bares, restaurantes e outros setores relacionados necessitem se reorganizar estrutural e financeiramente para que se mantenham operantes neste período.

Essa característica instável, mesmo que repetitiva, ou seja, previsível pela recorrência (climática) cria o desafio à comunidade regional de utilização da infraestrutura turística e de lazer entre os meses de alta temporada. Neste sentido, uma das alternativas é a realização de eventos.

Há, na região, diversos espaços para eventos e uma quantidade significativa de leitos nos meios de hospedagem, capazes de suprir demandas de diversos tipos de turismo, principalmente de eventos. No entanto, essa ocupação do potencial de receptividade dos litorâneos, fora da alta temporada, requer que existam profissionais capazes tanto de captar novos eventos quanto de gerir de maneira eficaz os que já existem na região.

A apresentação de um Projeto Pedagógico de Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio no eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer, conforme o *Catálogo Nacional de Cursos Técnicos* consiste no atendimento às finalidades dos Institutos Federais, no que diz respeito aos arranjos produtivos locais e em prol de melhorias das condições de vida no território. Ademais, conforme registro do Diretor de Desenvolvimento Institucional do *Campus*,

Definiu-se a oferta do curso Técnico em Eventos de acordo com pesquisa de demanda para abertura de novos cursos técnicos no *Campus*, realizada pelo setor de Desenvolvimento Institucional, no período de 06 de fevereiro a 03 de março de 2017, no formato de consulta pública online, quando 301 pessoas responderam ao formulário. Dos dois cursos pesquisados, o curso Técnico em Eventos obteve 45% das intenções, sendo o de maior interesse na consulta. (Transcrição de consulta via e-mail institucional).

A partir disto, em 2017, foi definida a oferta do curso Técnico em Eventos, subsequente ao Ensino Médio e de forma presencial, com a elaboração do Projeto Político Pedagógico de curso técnico subsequente na área de Turismo, por uma Comissão designada (Portaria nº 36, de 22 de fevereiro de 2017). Já na oferta da primeira turma do curso, optou-se por realizar uma revisão nos componentes curriculares do curso, o que foi realizado em 2019 por Comissão designada (Portaria 124, de 10 de julho de 2019).

A proposta do curso e sua revisão tem por orientação legal a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de nº 9394/ 96, que disciplina a educação escolar no País, e o Decreto 5.154/2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da LDB. Seguindo o que orienta o *Catálogo Nacional de Cursos Técnicos*, o Curso Técnico em Eventos Subsequente ao Ensino Médio propõe formar profissionais que atendam às diferentes funções que podem ser desempenhadas em eventos, a saber:

Projeta, planeja, organiza, coordena, executa e avalia serviços de apoio técnico e logístico a eventos de diversas classificações e tipologias. Utiliza normas de cerimonial e protocolo. Opera as ferramentas de marketing e de divulgação. Executa procedimentos de recepção e encaminhamentos demandados por eventos. Coordena a decoração de ambientes e o armazenamento e manuseio de gêneros alimentícios servidos em eventos. (BRASIL, 2016).

O profissional de eventos atua nas fases pré, trans e pós-evento. Isto demanda uma série de habilidades e conhecimentos que deverão ser trabalhadas no curso. É de competência do organizador de eventos, principalmente, desenvolver atividades de planejamento, organização, promoção e realização, gerenciamento de recursos de prestação de serviço especializado de eventos (ABNT, 2016a).

Nesse sentido, a figura abaixo é uma sintetização de possibilidades que orientarão o planejamento curricular:

POSSIBILIDADES DE TEMAS POSSIBILIDADES DE **INFRAESTRUTURA** A SEREM ABORDADOS NA **ATUAÇÃO** RECOMENDADA **FORMAÇÃO** Empresas de eventos Biblioteca com **Eventos** Meios de hospedagem Protocolo, cerimonial acervo específico e Instituições públicas atualizado e etiqueta social Processos e privadas Laboratório de comerciais Cruzeiros marítimos informática com programas Higiene em Restaurantes específicos manipulação de alimentos Bufês Laboratório didático: espaço para Ornamentos e decoração eventos Logística de eventos

Figura 1: possibilidades para o planejamento curricular

Fonte: Catálogo Nacional de Cursos Técnicos/ 2016.

O curso Técnico em Eventos está estruturado em **1000 horas/aula – 830 horas/relógio**, será desenvolvido de forma subsequente ao Ensino Médio, no turno da noite, e serão ofertadas anualmente 35 vagas.

3 HISTÓRICO

Os Institutos Federais (IF), criados pela lei nº.11.892 de 29 de dezembro de 2008, são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos em suas práticas pedagógicas. Segundo a mesma lei, os IFs têm autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação (BRASIL, 2008).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) foi instituído a partir da união de três autarquias federais: CEFET Bento Gonçalves, Escola Agrotécnica Federal de Sertão e Escola Técnica Federal de Canoas. Incorporaram-se dois estabelecimentos vinculados a Universidades Federais: Escola Técnica Federal da UFRGS e Colégio Técnico Industrial Professor Mário Alquati, de Rio Grande; ainda, foram federalizadas unidades de ensino técnico nos municípios de Farroupilha, Feliz e Ibirubá, criados os campi de Caxias, Erechim, Osório e Restinga e em processo de implantação estão os campi nos municípios de Alvorada, Rolante, Vacaria, Veranópolis e Viamão. A Reitoria é sediada em Bento Gonçalves.

De acordo com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFRS, os campi têm autonomia decisória, inclusive para levar demandas formativas e propor ou extinguir cursos, tendo com embasamento para a oferta educativa os arranjos produtivos regionais.

A proposta de implantação do Instituto Federal do Rio Grande do Sul *Campus* Osório foi acolhida na chamada pública MEC/ SETEC nº 001/2007, de 24 de abril de 2007, com a Expansão da Rede Federal de Educação e Tecnologia – Fase II (MEC/SETEC, 2007). No dia 24 de abril de 2007 foi feito ao governo federal o encaminhamento da proposta para a implantação de uma Unidade de Ensino Descentralizada (Uned) em Osório, diante da oportunidade e do interesse do município, articulados em conjunto com a prefeitura e comunidade, para receber uma escola técnica de âmbito federal. No mesmo ano, Osório estava entre os dez municípios do Rio Grande do Sul contemplados, vinculando-se ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves. Com a criação do IFRS, a Uned de Osório foi elevada a *Campus*. As aulas iniciaram no dia 2 de agosto 2010 no antigo prédio da Escola Municipal Osvaldo Amaral, em sede provisória. Em fevereiro de 2013, o IFRS *Campus* Osório começou a utilizar as instalações da nova sede, localizado na Avenida Santos Dumont, 2127, Bairro Albatroz.

A implantação de um *Campus* do IFRS configurou uma conquista importante para o município de Osório e para o Litoral Norte do Estado, garantindo o fortalecimento de políticas públicas para a educação e para a inclusão social, na medida em que visa promover a educação profissional e tecnológica de excelência e impulsionar o desenvolvimento sustentável da região.

Atualmente, o *Campus* Osório funciona nos turnos da manhã, tarde e noite e oferece os Cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais e Análise e Desenvolvimento de Sistemas, as Licenciaturas em Letras (Português/Inglês) e Matemática, os cursos Técnicos Subsequentes em Administração, em Eventos e em Panificação e o Ensino Médio Integrado em Administração e em Informática. Além disso, oferece cursos FIC – Formação Inicial e Continuada, a partir de convênios com diferentes órgãos conforme seus eixos tecnológicos. O *Campus* conta, ainda, com uma Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Básica Profissional. Na modalidade a distância (E-Tec), o *Campus* ofertou o Curso Técnico em Guia de Turismo, subsequente ao Ensino Médio.

Sendo assim, o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) é uma instituição de ensino público e gratuito que visa a promover a educação profissional e tecnológica de excelência e impulsionar o desenvolvimento sustentável das regiões de sua abrangência. Além de Osório, há 17 campi implantados: *Campus* Alvorada, *Campus* Bento Gonçalves, *Campus* Canoas, *Campus* Caxias do Sul, *Campus* Erechim, *Campus* Farroupilha, *Campus* Feliz, *Campus* Ibirubá, *Campus* Osório, *Campus* Porto Alegre, *Campus* Restinga (Porto Alegre), *Campus* Rio Grande, *Campus* Rolante, *Campus* Sertão, *Campus* Vacaria, *Campus* Veranópolis e *Campus* Viamão. A Reitoria está localizada no município de Bento Gonçalves.

4 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPUS

O IFRS *Campus* Osório está localizado na Região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, composta por 21 municípios (Figura 02), totalizando cerca de 350 mil habitantes. A região apresenta uma significativa diversidade cultural, com predominância açoriana, e geográfica, com paisagens litorâneas, campestres, lagoas e parte de serra com vegetação de Mata Atlântica. Sua economia é representada por 60% em serviços e comércio com característica sazonal, pois no verão chega a quadruplicar o número de pessoas que ocupam o litoral. Mesmo assim, é a região do estado que apresenta uma das menores rendas per capita: R\$ 20.213,34 (FEE, 2017) e revela uma produtividade inferior à média do estado, o que pode ser atribuído a uma menor densidade de sua economia e menor capacitação de sua força de trabalho, características limitadoras de seu crescimento.

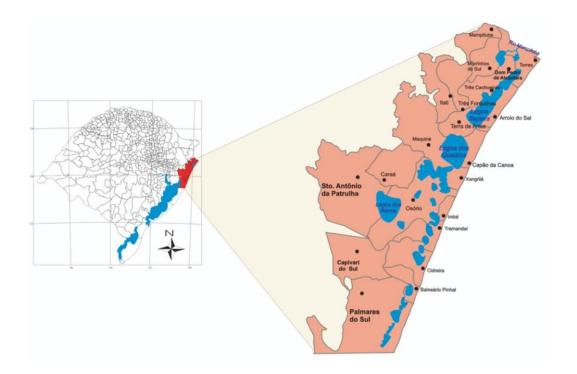


Figura 02: Localização da região do litoral norte do Rio Grande do Sul

Em vista disso, a região do Litoral Norte demonstra carências de investimentos na formação e na qualificação profissional e tecnológica da população. Investimentos de tal ordem impulsionam o desenvolvimento, levam à geração de riquezas e, principalmente, fixam e formam cidadãos para o trabalho e para a vida. Dessa forma, o desenvolvimento do *Campus* de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia alavanca as perspectivas de crescimento do Litoral Norte em vários sentidos, pois diferentes parcelas da população sentem os reflexos de uma instituição educacional de tal porte, de forma

que os jovens, por exemplo, não veem a necessidade de buscar outros centros urbanos para qualificarem-se e desempenharem suas atividades profissionais. A força de trabalho torna-se mais qualificada com alto potencial de ser aplicada nos setores econômicos da região, fazendo com que o desenvolvimento sociocultural dos sujeitos retorne em forma de ações para a sociedade, em vista de uma formação integral de qualidade, democrática e pública.

A mobilização da comunidade pela construção da instituição coincidiu com um contexto nacional de grande valorização da formação profissional e também com investimentos expressivos do Governo Federal. A partir do ano de 2003, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica vinculada ao Ministério da Educação passou por uma profunda transformação, que contemplou a reestruturação física (infraestrutura através de investimentos em obras, laboratórios, equipamentos e reformas) e também a ampliação de vagas para servidores técnicos administrativos e docentes. Os esforços regionais levaram à criação do *Campus* Osório em 2008 — ainda como Uned do CEFET/Bento Gonçalves, contemplada pela Chamada Pública 01/2007 SETEC-MEC, que havia inaugurado a Segunda Fase do Plano de Expansão da Rede Federal.

A valorização do diálogo com a comunidade foi fundamental para o início das atividades de implantação, que teve como resultado a realização de um seminário. Posteriormente, foi realizada uma Audiência Pública para a definição de quais cursos seriam oferecidos pela Instituição e os devidos eixos de atuação importantes para a região. Por se tratar de municípios da região litorânea, as áreas de lazer e turismo se destacaram, em virtude desses municípios serem constantemente cobrados pela melhoria nos serviços de atendimento ao público que se desloca para as praias gaúchas e pela possibilidade de desenvolvimento de atividades turísticas durante todo o ano.

Nesse sentido, o *Campus* Osório, implantado no ano de 2010, constituiu uma nova perspectiva para a qualificação e geração de emprego e renda para a região do Litoral Norte. Isto porque há um forte comprometimento dos Institutos Federais com os cursos de formação profissional integrada à formação básica e à educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, já que seus objetivos são fortalecer sua inserção no ensino, pesquisa e extensão, estimular o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e estender seus benefícios à comunidade a partir da valorização da educação escolar, do trabalho e das práticas sociais. Torna-se desejável a adequação dos Institutos Federais às demandas de formação das comunidades em que são instalados, tendo em vista que podem contribuir decisivamente no desenvolvimento social,

cultural e econômico regional. Dessa forma, o *Campus* Osório entende ser necessária uma ação efetiva que possibilite a definição de projetos que permitam o desenvolvimento de um processo de inserção do homem na sociedade, de forma participativa, ética e crítica.

São princípios norteadores da Educação Profissional no *Campus* Osório e em todo o IFRS, consoante ao PPI:

- independência e articulação com o ensino médio;
- respeito aos valores estéticos, políticos e éticos;
- desenvolvimento de competências para a laborabilidade;
- flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização;
- identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso;
- atualização permanente dos cursos e currículos;
- autonomia da instituição em seu projeto pedagógico.

Seguindo estes princípios e atento ao papel de uma instituição de ensino comprometida com o desenvolvimento humano integral, ofertando ensino público gratuito e de qualidade, o *Campus* Osório tem possibilidade de fomentar o desenvolvimento regional através da qualificação profissional no eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer, impactando nos setores produtivos e culturais da região. Isto porque a instituição pode desempenhar um papel propositivo ao se guiar por uma política educacional que alia o aperfeiçoamento de habilidades técnicas e do desenvolvimento de um senso crítico, solidário e democrático entre seus estudantes. Em suma, uma formação dialógica entre mundo do trabalho e sociedade que busca a formação de indivíduos capazes de contribuir positivamente na região em que se inserem. Ao ofertar cursos em diferentes níveis e eixos, o *Campus* Osório contribui, ainda, com os sistemas públicos e privados existentes na formação de indivíduos altamente qualificados, técnicos, éticos e comprometidos com a responsabilidade social.

4.1 Caracterização da região do Litoral Norte e do Município de Osório

4.1.1 Características ambientais e histórico-geográficas

O quadro ambiental regional se caracteriza por um mosaico entre paisagens

litorâneas, campestres e de morros florestados pela vegetação da Mata Atlântica. Nas áreas planas da Planície Costeira predominam os solos pouco desenvolvidos, enquanto nas áreas onduladas da encosta do Planalto Meridional predominam solos mais desenvolvidos. Além disso, em virtude da morfologia plana do Litoral Gaúcho, que está sob influência dos ventos médios do anticiclone do Atlântico Sul, há um potencial para a instalação e o desenvolvimento de projetos públicos relacionados à energia eólica. Desta forma, são gerados indiretamente postos de emprego, fomentando a economia local, principalmente de municípios como Osório, Tramandaí, Capivari do Sul, Palmares do Sul e Xangri-lá.

Nas áreas litorâneas da região há extensos campos de dunas, atribuindo um alto aspecto cênico para a paisagem, o que vem sendo bastante aproveitado pelo mercado imobiliário, como atrativo de valorização dos imóveis, principalmente de condomínios horizontais. Entre a área dos campos de dunas e a formação geológica do Quaternário, há o uso da terra para fins de plantio de espécies comerciais (silvicultura), como *Pinus Elliottii* e *Eucalyptus* sp.. Para oeste da região, a paisagem é constituída por extensos banhados e áreas úmidas, por isso tem um maior potencial para o plantio de arroz e a atividade de pecuária.

As características originais do território favoreceram sua ocupação histórica, que remonta às primeiras migrações de povos indígenas do tronco tupi-guaranis a partir do século II d.C. Ao final do século XVII, após as primeiras tentativas jesuíticas em catequizar os habitantes autóctones ao sul do Rio Mampituba, bandeirantes paulistas passaram a realizar incursões no território para escravizá-los, o que resultou em quase total extermínio. Essas expedições, como a de João de Magalhães em 1719, visavam garantir ao Império Português a ocupação de um território em disputa com a Espanha. Isso levou à concessão de sesmarias e à fundação dos primeiros povoados, como a capela de Conceição do Arroio em 1742 e a freguesia de Santo Antônio da Patrulha em 1760, a partir de imigrantes açorianos radicados em Laguna. No século XIX, a região iniciou seu declínio econômico diante de outras áreas de expansão no Rio Grande do Sul, o que favoreceu a concentração de terras e do poder político em elites familiares locais. Essas

elites exploraram a criação de gado e agricultura a partir do uso intensivo da mão-de-obra negra escravizada, da qual surgiu um dos quilombos da região, localizado em Morro Alto. Junto a eles, imigrantes alemães e italianos passariam a ocupar regiões da serra da Mata Atlântica, dedicando-se à agricultura familiar e ao comércio fluvial nas lagoas do Litoral Norte.

No século XX, a crescente popularização dos costumes de veraneio em águas marinhas e a constituição de rodovias a partir dos anos 1930 contribuíram para que houvesse uma maior urbanização do Litoral Norte. Houve a criação de uma pequena infraestrutura de hotéis e restaurantes a fim de atender os veranistas oriundos de outras regiões do Rio Grande do Sul. Por conseguinte, houve um maior desenvolvimento econômico, no qual se somariam ainda a expansão da cultura do arroz e da cana-deaçúcar (anos 1910 e 1950), a exploração de um terminal petrolífero (TEDUT, fundado em 1968) e a implantação de usinas eólicas (2006). O maior desenvolvimento econômico da região, a contar da década de 1960, motivou 18 localidades a buscar e obter emancipação, a partir dos municípios de Santo Antônio da Patrulha (1811), de Osório (originalmente Conceição do Arroio, 1857) e de Torres (1878) - Figura 03.

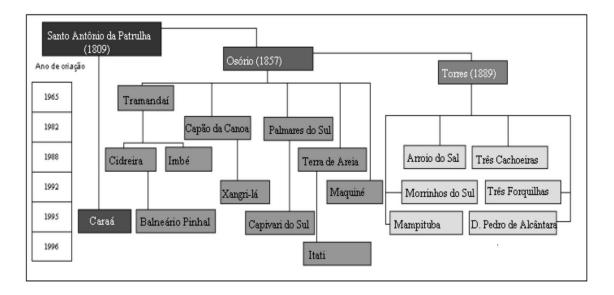


Figura 03: Organograma da divisão dos municípios

4.1.2 Características socioeconômicas

A região do Litoral Norte é formada por 21 municípios com aspectos socioeconômicos semelhantes, apresentando um arranjo produtivo que se reflete na forma de organização do espaço regional. O Litoral Norte ocupa uma área total de

6.128,2km², sendo estimada uma população de 359.243 habitantes em 2016 (Tabela 1, FEE 2017).

Tabela 1 – Síntese dos dados municipais do Litoral Norte.

Município	População total (hab./2015)	Área (km²)	IDHM (2010)
Arroio do Sal	9.224	120,9	0,740
Balneário Pinhal	12.201	103,8	0,696
Capão da Canoa	48.700	97,1	0,743
Capivari do Sul	4.235	412,8	0,766
Caraá	7.768	294,3	0,652
Cidreira	14.311	245,9	0,729
Dom Pedro de Alcântara	2.511	78,2	0,691
Imbé	21.046	39,4	0,764
Itati	2.646	206,9	0,669
Mampituba	2.977	157,9	0,649
Maquiné	6.757	621,7	0,682
Morrinhos do Sul	3.230	165,4	0,711
Osório	44.713	663,6	0,751
Palmares do Sul	11.560	949,2	0,715
Santo Antônio da Patrulha	42.437	1.049,8	0,717
Terra de Areia	10.898	141,8	0,689
Torres	37.833	160,6	0,762
Tramandaí	48.498	144,4	0,719
Três Cachoeiras	10.817	251,1	0,718
Três Forquilhas	2.872	217,3	0,662
Xangri-lá	14.009	60,7	0,735
Litoral Norte (total)	359.243	6.182,8	0,712

Fonte: FEE (2017).

Os municípios de Capão da Canoa, Tramandaí, Osório, Santo Antônio da Patrulha e Torres concentram a maior parte da população regional, somando 222.181 habitantes, 61,84% do total populacional. O Litoral Norte é a região com maior crescimento populacional no Rio Grande do Sul, na ordem de 2% ao ano, entre 2000 e 2010 (SCP, 2012). Além disso, em virtude da dinâmica sazonal populacional no período de veraneio há uma demanda, ainda que pouco desenvolvida, por serviços qualificados na área de hotelaria, gastronomia e do turismo regional.

No período de veraneio, entre dezembro a fevereiro, há um acréscimo temporário de 140% da população, principalmente nos balneários, como Atlântida Sul (499%), Arroio

do Sal (231%), Imbé (196%) e Capão da Canoa (123%) conforme os dados da FEE (ver Figura 04, JORNAL DO COMÉRCIO, 2016).

Figura 4: Crescimento populacional no período de veraneio (2015)

MUNICÍPIO E/OU PRAIA	POPULAÇÃO PERMANENTE	POPULAÇÃO FLUTUANTE (média mensal)	POPULAÇÃO TOTAL (média mensal)	CRESCIMENTO POPULACIONAL* (%)
Capão da Canoa	47.538	58.861	106.399	123,8
Tramandaí	47.558	48.181	95.740	101,3
Torres	37.702	27.487	65.189	72,9
Imbé	20.618	40.427	61.045	196,1
Cidreira	14.186	26.750	40.936	188,6
Xangri-lá	13.769	25.159	38.928	182,7
Balneário Pinhal	12.282	22.542	34.824	183,5
Arroio do Sal	8.959	20.721	29.680	231,3
Quintão	3.336	16.546	19.882	495,9
Atlântida Sul	1.114	5.563	6.678	499,2
Santa Rita de Cássia	517	889	1.406	171,7
TOTAL	207.581	293.126	500.707	141,2

Fonte: JORNAL DO COMÉRCIO, 2016.

Em linhas gerais, os principais ramos econômicos do Litoral Norte estão relacionados às atividades primárias, como a pesca, a pecuária e a silvicultura. Ainda, na agricultura se destacam os plantios dos seguintes cultivos: banana, abacaxi, arroz, mandioca, fumo, feijão, cana-de-açúcar e soja. No entanto, a característica singular do litoral gaúcho proporciona uma demanda elevada pelos serviços regionais, além de possibilitar um potencial para as atividades comerciais. A princípio, é no período de veraneio em que há um aumento na renda média dos turistas e veranistas, em vista do recebimento dos proventos através do pagamento do décimo terceiro salário. Outras atividades beneficiadas diretamente por essa sazonalidade são os ramos de hotelaria, imobiliário, da construção civil, alimentício e moveleiro. No ramo da construção civil em 2002, por exemplo, houve um investimento de construtoras na ordem de R\$ 146,5 milhões na região (ZERO HORA, 2002).

Em 2014, o PIB do Litoral Norte foi de R\$ 7,5 bilhões, o que representa apenas 2,26% do PIB do Rio Grande do Sul. O PIB per capita também se manteve abaixo da média estadual para o mesmo período (FEE, 2017). Em geral, a região se caracteriza por uma economia de produtos com baixo valor agregado, o que se reflete no desenvolvimento socioeconômico regional. Por sua vez, do ponto vista do

desenvolvimento social, os municípios do Litoral Norte ainda apresentam índices relativamente abaixo da média estadual, sendo o IDHM médio da região de 0,712, enquanto o Estado do Rio Grande do Sul apresenta uma média de 0,746 (PNDU, 2017).

A concentração de renda é um dos principais entraves para o desenvolvimento socioeconômico mais igualitário (Tabela 2). O índice de GINI da renda domiciliar per capita é de 0,4881 para a região. Como exemplo, o município com maior desigualdade é Capivari do Sul (0,6919), enquanto que o município com melhor distribuição de renda é Três Cachoeiras (0,3947). O município de Osório foi classificado como o 4º com maior desigualdade do Litoral Norte.

Tabela 2 – Comparativo dos dados socioeconômicos do Litoral Norte.

Município	PIB mil (2014)	PIB per capita (2014)	Índice de GINI (2010)
Arroio do Sal	164.545	19.042,38	0,4748
Balneário Pinhal	165.871	13.701,55	0,5114
Capão da Canoa	1.067.816	22.980,08	0,5208
Capivari do Sul	185.565	43.899,83	0,6919
Caraá	85.339	10.935,27	0,4106
Cidreira	219.590	15.596,99	0,5047
Dom Pedro de Alcântara	46.999	17.931,76	0,4464
Imbé	372.529	18.933,16	0,5934
Itati	56.675	21.689,63	0,4825
Mampituba	43.274	14.027,35	0,4691
Maquiné	99.056	14.044,52	0,4303
Morrinhos do Sul	53.585	16.698,35	0,4830
Osório	1.163.688	26.698,66	0,5344
Palmares do Sul	301.952	26.503,25	0,5599
Santo Antônio da Patrulha	1.065.787	25.507,06	0,4560
Terra de Areia	156.349	14.815,58	0,4324
Torres	860.063	23.333,86	0,4785
Tramandaí	826.158	18.060,48	0,5191
Três Cachoeiras	195.376	18.155,95	0,3947
Três Forquilhas	46.053	15.675,03	0,4213
Xangri-lá	366.205	26.249,34	0,4355

Litoral Norte (total)	7.542.475	20.213,34	0,4881

Fonte: FEE (2017).

Portanto, municípios baseados numa matriz agrícola de latifúndios (monocultura de arroz), como Capivari do Sul e Palmares, possuem uma capacidade reduzida de distribuição da renda e, com isso, uma atenuação dos efeitos positivos propostos via políticas públicas. Neste sentido, ainda estão municípios com forte concentração imobiliária, como Capão da Canoa, Tramandaí, Imbé e Osório.

4.1.3 Características educacionais

Os dados relacionados à educação básica no Litoral Norte mostram que a região tem um desafio educacional. A taxa de analfabetismo, que é de 6,85% no Litoral Norte, está acima da média estadual, que é de 4,53%. Ainda, a proporção de adultos com ensino fundamental é considerada como baixa, pois a média da região é de 46,12%, enquanto no Rio Grande do Sul é de 58,3%. O município de Caraá, por exemplo, tem taxa de analfabetismo de quase 12% e pouco mais de 31% dos adultos concluíram o ensino fundamental. Neste mesmo patamar estão os municípios de Itati, Mampituba e Três Forquilhas (Tabela 3).

Tabela 3 – Síntese dos indicadores educacionais do Litoral Norte.

		Taxa analfabetismo	de %	Proporção com	adulta ensino	
Município	IDHM (Educação)	(acima de anos/2010)	15	fundamental (2013)	%	
Arroio do Sal	0,649	3,88		23,2		
Balneário Pinhal	0,567	5,19		48,1		
Capão da Canoa	0,637	3,74		59,9		
Capivari do Sul	0,668	7,9		7,9 58,5		
Caraá	0,505	11,98		31,3		
Cidreira	0,625	3,66		57,8		
Dom Pedro de Alcântara	0,577	5,65		39,3		
Imbé	0,638	3,17		59,6		
Itati	0,524	12,92		36,1		

Mampituba	0,517	10,22	32,7
Maquiné	0,519	7,64	36,5
Morrinhos do Sul	0,593	8,7	38,7
Osório	0,646	4,19	58,6
Palmares do Sul	0,592	8,18	49
Santo Antônio da Patrulha	0,594	9,05	46,9
Terra de Areia	0,565	7,25	42,6
Torres	0,685	4,6	60
Tramandaí	0,606	4,07	55
Três Cachoeiras	0,606	5,92	45,5
Três Forquilhas	0,539	12,7	35,1
Xangri-lá	0,630	3,31	54,2
Litoral Norte (total)	0,594	6,85	46,12

Fonte: FEE (2017).

Já ao se comparar o quadro de unidades escolares e matrículas na educação básica dos municípios que compõem a 11ª Coordenadoria Regional de Educação, persiste um baixo número de matrículas de alunos no Ensino Médio, alcançando apenas 27,23% das matrículas do Ensino Fundamental. Fazem parte da 11ª Coordenadoria Regional de Educação, todos os municípios do Litoral Norte acrescidos dos municípios de Rolante e de Riozinho (Tabela 4). Por fim, excluindo as duas instituições federais presentes na região, apenas seis escolas profissionais – todas em nível estadual – atendem à demanda da região, revelando a carência na área.

Tabela 4 – Quantidade de escolas e matrículas iniciais Ensino Fundamental e Ensino Médio na região da 11.ª CRE (2016)

	Quantidade	Matrícula Inici	al					
Dependência Administrativa	Unidades escolares	Ens. Fundamental	Ens. Médio	Ens. Médio Integrado	Educação Profissional	Educação Especial	Educação de Jovens e Adultos	Total
Estadual	103	18772	12251	359	467	39	4259	36147
Federal	2	0	0	315	320	0	0	635
Municipal	239	32518	0	0	0	56	1770	34344
Particular	67	2873	443	0	645	443	75	4479
Total	411	54163	12694	674	1432	538	6104	75605

Fonte: Censo Escolar da Educação Básica (2016)

Deve-se levar em conta a importância do município de Osório para o desenvolvimento regional, principalmente na área da educação, em razão da disponibilidade de escolas técnicas e faculdades, bem como em função da qualificação no setor de serviços. Destaca-se que o desenvolvimento educacional do município apresenta IDHM de 0,646, o quarto mais elevado do Litoral Norte (Tabela 3). Um dos componentes do IDHM Educação é o percentual de escolaridade da população adulta, isto é, com idade acima dos 25 anos. Em 2010, para o município de Osório, este indicador mostrou que 11,8% da população adulta tinha o ensino superior, enquanto que 42,9% da população adulta tinha o ensino fundamental incompleto e alfabetizado (ver Figura 05, PNUD, 2017).

Escolaridade da população de 25 anos ou mais - 2010 Fundamental incompleto e analfabeto Fundamental 11,8% incompleto e alfabetizado Fundamental completo e 24,6% médio incompleto Médio completo e superior incompleto 15.6% Superior completo

Figura 05 – Escolaridade da população adulta no município de Osório.

Fonte: PNUD, 2017.

Estes dados mostram que houve uma sensível evolução da qualificação educacional na faixa etária adulta, em que a população com escolaridade superior passou de 5,9%, em 2000, para 11,8% em 2010; a população com ensino médio completo e superior foi de 16,9%, em 2000, para 24,6% em 2010; e a população com ensino fundamental completo e médio completo, que em 2000 era de 13,5% e passou, em 2010 para 15,62% (PNUD, 2017). Ainda assim, este quadro não está distante da realidade do Litoral Norte, levando-se em conta que quase 50% dos adultos de Osório não finalizaram o ensino fundamental.

4.1.4 Características culturais

A região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, em seu desenvolvimento histórico, apresenta uma significativa diversidade cultural. Tanto por sua ancestralidade – constituída predominantemente por influências açorianas, indígenas e de matriz africana, presentes na região – quanto pela característica de ser uma região turística – condição que fomenta o desenvolvimento de diferentes ações de lazer que valorizam e promovem ações culturais. Conforme Silva,

O folclore do Litoral Norte, especialmente no município de Osório, no Estado do Rio Grande do Sul, é rico e respeitado. Vivido intensamente em nível religioso, artístico e artesanal é praticado espontaneamente, conforme a descendência e as crenças dos praticantes por meio de manifestações em autos folclóricos, lendas, festas religiosas comunitárias e eventos culturais, como por exemplo, as festas campeiras e as produções manufatureiras.(SILVA, 2018, p. 63).

A exemplo da diversidade cultural presente na constituição do modo de ser do povo litorâneo, podemos mencionar a existência de alguns movimentos populares presentes na região: o *Maçambique*, ato religioso de origem africana (SILVA, 2018); o *Terno de Reis*, espetáculo religioso de origem portuguesa (SILVA, 2018); a *Festa do Divino*, expressão popular de cunho religioso (SILVA, 2018), dentre outros movimentos.

Outro elemento marcante e presente nos aspectos culturais que perpassam as relações nesta região, refere-se aos autos religiosos presentes na região. Dentre estes, podemos mencionar as festas realizadas em homenagem aos Santos Padroeiros dos municípios da região. Outra expressão relevante refere-se à *Festa de Iemanjá*, realizada no mês de fevereiro, a qual congrega a participação expressiva de pessoas da região e de turistas.

As Festas Campeiras também constituem expressão marcante da cultura na região. No Litoral Norte ocorrem muitos eventos dessa finalidade ao longo do ano. Destaca-se, também, o quantitativo expressivo de entidades tradicionalistas na região, vinculadas ao *Movimento Tradicionalista Gaúcho* (MTG). Na região do Litoral Norte, a 23º Região Tradicionalista, estão vinculados ao MTG 92 entidades (MTG, 2019).

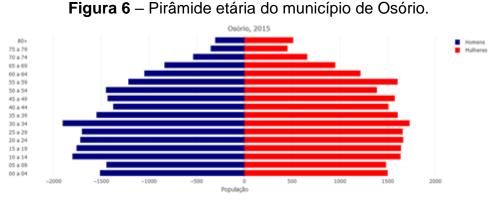
A região litorânea, por sua condição turística, realiza uma diversificada gama de eventos que promovem ações culturais, a exemplo de atrações artísticas envolvendo atividades musicais, cênicas, de dança, esportivas, exposições, oficinas variadas, dentre outras. Cabe destacar que muitos destes eventos, como Feiras e Festas, possibilitam espaços que divulgam e expõem o artesanato local, muito variado e presente na região litorânea. A exemplo destes eventos, mencionamos os que seguem: o *ART IN VENTO*,

que em 2019 realizou sua 14ª edição (Osório), Festa Nacional do Peixe (Tramandaí); Festa Estadual da Anchova (Imbé); Expofeira (Capivari do Sul); Festa Estadual do Camarão (Cidreira); Festimel: Feira do Mel e do Doce (Balneário Pinhal); Festa Nacional da Cana-de-Açúcar, Rapadura, Sonho e Arroz (Santo Antônio da Patrulha); Festival Internacional de Balonismo (Torres); dentre outros. Ainda, Além dos eventos mencionados, a existência de organizações e associações de artesãos que promovem feiras de exposição do artesanato local na região é muito presente.

Quando tratamos dos aspectos culturais presentes num determinado campo social, torna-se fundamental considerar a existência de espaços que resgatem e fomentem a cultura num determinado local. A exemplo de bibliotecas e outros espaços culturais. Assim, é importante considerar que a existência de bibliotecas públicas está presente nos municípios de forma geral. No entanto, ainda carecemos de espaços públicos como museus, salas de cinema, de teatro, dentre outros espaços que possibilitem a interação com a arte e com a nossa história.

4.1.5 Características demográficas

Com relação à população total do município de Osório, em 2010 foram contabilizados 40.906 habitantes, conforme o censo demográfico nacional (IBGE, 2017). Desses, 92,69% (37.917) residem na área urbana e apenas 2.989 habitantes na área rural do município, demonstrando que Osório é um município majoritariamente urbano. Com relação ao gênero, há um equilíbrio entre o número de homens e mulheres no município (20.749 mulheres e 20.157 homens).



Fonte: FEE (2017).

A análise da pirâmide etária mostra que há uma concentração maior de indivíduos do gênero masculino na faixa entre 10 e 34 anos, apresentando uma queda considerável a partir da faixa dos 35 anos. Por outro lado, no gênero feminino há uma distribuição mais homogênea, mas com maior concentração na faixa etária entre 10 e 34 anos. A princípio, esses dados mostram que houve uma redução nas taxas de natalidade nos últimos anos, mostrando o estreitamento da base da pirâmide. Entretanto, nota-se que há um predomínio da faixa populacional mais jovem, principalmente no gênero masculino. Ainda, destaca-se a quantidade de mulheres na faixa entre 55 a 59 anos, o que poderá representar, em um cenário futuro, um aumento significativo de mulheres consideradas idosas, demandando políticas públicas que visem a atender as necessidades específicas desta população.

A princípio, o quadro demográfico mostra o predomínio de uma população jovem com baixo nível de ensino. Com isso, a *priori*, pode-se considerar que há população jovem em estágio de qualificação profissional, o que pode resultar na busca de cursos técnicos de nível médio (integrado e subsequente), de graduação ou de pós-graduação.

Com base nessas informações, o *Campus* Osório do IFRS tem possibilidade de fomentar o desenvolvimento regional através da qualificação profissional nos eixos da Administração e da Informática, impactando nos setores produtivos e culturais da região destacados inicialmente. Isto porque a instituição pode desempenhar um papel propositivo ao se guiar por uma política educacional que alia o aperfeiçoamento de habilidades técnicas e do desenvolvimento de um senso crítico, solidário e democrático entre seus estudantes. Em suma, uma formação dialógica entre mundo do trabalho e sociedade que busca a formação de indivíduos capazes de contribuir positivamente nos diferentes aspectos produtivos, sociais e culturais na região em que se inserem.

5 JUSTIFICATIVA

A apresentação de um Projeto Pedagógico de Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio no Eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer, conforme o *Catálogo Nacional de Cursos Técnicos* consiste no atendimento às finalidades dos Institutos Federais, no que diz respeito aos arranjos produtivos locais e em prol de melhorias das condições de vida no território, de "estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional". (BRASIL, 2008).

Tendo em vista as especificidades do Turismo na região, relacionadas à sazonalidade, tem-se na área de Eventos alternativas importantes no sentido de movimentação econômica e social para os municípios, entidades e o setor produtivo que trabalham com esta atividade.

Eventos são atos comemorativos, são acontecimentos especiais com ou sem finalidade mercadológica (CESCA, 1997; GIACAGLIA, 2003). Podem ser úteis para diversas finalidades, por pessoas física ou jurídica, planejados por assuntos de interesses comuns, sejam eles profissionais, culturais, desportivos, sociais, etc. É uma atividade planejada por determinado período ou local, reunindo pessoas com objetivos comuns (ABNT, 2016b).

O segmento de eventos é considerado uma das modalidades mais relevantes do Turismo no mundo: o Turismo de Negócios ou Turismo de Eventos e Negócios (MARTIN, 2015). Geram inúmeros benefícios: melhoria da imagem da cidade-sede, interesse de promotoras em realizar futuros eventos no mesmo local; criam oportunidades de viagens; possibilita a ampliação de bens e serviços, os participantes gastam mais que um turista comum, gerando lucro para o núcleo receptor, permitindo a estabilidade dos níveis de emprego do setor turístico e promovem indiretamente o núcleo receptor (ROCHA, 1993; ZANELLA, 2008).

A Organização Mundial do Turismo (2014) relata que o turismo de eventos é o segundo maior fator de atração de turistas para o Brasil. O país está na 7ª posição entre os principais receptores de eventos internacionais no mundo, de acordo com a Associação Internacional de Congressos e Convenções (ICCA, 2014).

O Brasil sediou 590 mil eventos no ano de 2013, sendo 95% deles nacionais e metade realizada na região Sudeste, movimentando R\$ 209,2 bilhões, com uma participação do setor de 4,32% do PIB nacional, gerando mais de R\$ 48 bilhões em impostos (ABEOC Brasil & SEBRAE, 2014). A região Sul, em especial, abrigou 88,4 mil

eventos, ou seja, 15% do mercado brasileiro de eventos, envolvendo 37,3 milhões de participantes (ABEOC Brasil & SEBRAE, 2014).

No Litoral Norte Gaúcho, diversos eventos mobilizam os municípios e seus entornos. São eventos de lazer, de negócios, culturais, sociais, dentre outros. Destacamse: Festa Nacional do Peixe (Tramandaí), Festival Internacional de Balonismo (Torres) e Rodeio Crioulo Internacional (Osório). Tais eventos, além de fomentar a economia local e regional, proporcionam lazer às comunidades e ainda possibilitam que as culturas locais sejam valorizadas. Além destes eventos, geridos pelas prefeituras municipais, há diversos outros, como festas sociais e religiosas, encontros, feiras de negócios, que são realizados na região e que requerem os mesmos princípios de planejamento e gestão. Além dessa realidade, de que são realizados eventos na região e que estes eventos necessitam de profissionalismo para sua execução, há outro fator que justifica a oferta do Curso Técnico em Eventos no IFRS – *Campus* Osório: a sazonalidade no fluxo turístico regional.

A realização de eventos pode ser uma alternativa para os municípios que enfrentam problemas decorrentes da sazonalidade (BRITO, FONTES, 2002; MARTIN, 2003; MATIAS, 2004), uma vez que, para que ocorram, é necessário o envolvimento de diversos profissionais, produtos e serviços, como: fotografia, filmagem, som e luz, centro de convenções, empresa de decoração, hotelaria, serviços de restauração, cerimonialistas, segurança, dentre outros fornecedores.

O Litoral Norte do Rio Grande do Sul convive com grande movimentação de visitantes entre os meses de novembro a março e uma queda nos índices de ingresso e permanência nos municípios entre abril e outubro. No verão a economia é movimentada, uma vez que os municípios exploram o turismo de sol e mar, utilizando quase que completamente a capacidade dos equipamentos hoteleiros, gastronômicos e de lazer, além de gerar renda para diferentes setores ligados direta ou indiretamente à atividade, em função das divisas deixadas pelos visitantes oriundos de diversas partes do Estado e de países do Mercosul.

Com o término das férias escolares, que é o que marca o fim da temporada de veraneio, o fluxo de visitantes diminui, tornando-se um fator de risco para a economia local, pois os autóctones vivem grande parte dos meses de inverno com a renda gerada no período de veraneio.

Além dos desafios econômicos, há uma diversidade de problemas socioculturais, ambientais e políticos que a sazonalidade traz consigo: alteração na rotina e nos modos de vida dos moradores, exploração de trabalhadores, exploração sexual, degradação ambiental, investimento público em demandas transitórias, entre outros aspectos, que são

fatores que merecem atenção quando se propõe a intervir nas questões relacionadas ao turismo regional.

Nesse contexto, os eventos podem contribuir no sentido de possibilitar atração constante de visitantes, em diversas épocas do ano, através de um Calendário de Eventos Regional, dinamizando a economia também na baixa temporada, atentando e priorizando demandas da comunidade local.

Os indicadores mundiais demonstram o crescimento do segmento de Eventos apontam para uma maior exigência de espaços adequados, equipamentos sofisticados e profissionais para atuar nesta área de maneira eficiente.

Sabendo da importância dos eventos e da necessidade técnica existente para produzi-los, propiciar formação de qualidade, nesse campo, significa contribuir para a estabilização da relação oferta/demanda no turismo regional, e responder ao compromisso socioeducacional dos Institutos Federais quanto à preparação qualificada para o trabalho com vistas à emancipação dos sujeitos.

6 PROPOSTA POLÍTICO PEDAGÓGICA DO CURSO

6.1 Objetivo geral

Formar profissionais aptos a auxiliar na coordenação e na implementação do conjunto diversificado de operações que caracterizam os eventos, atuando de forma empreendedora com responsabilidade sociocultural e ambiental, orientados pelos preceitos da hospitalidade.

6.2 Objetivos específicos

- a) Preparar profissionais para trabalhar com o dinamismo e a diversidade inerentes ao mundo do trabalho no setor de Eventos;
- b) Instrumentalizar tecnicamente cidadãos para que se tornem aptos a atuar na área de Eventos;
- c) Capacitar profissionais para tomadas de decisões éticas, tendo o compromisso sociocultural, ambiental e político como definidor de ações na área de eventos;
- d) Disseminar a oferta de eventos comprometida com as questões da inclusão social em suas mais diversas categorias (classe, gênero, deficiência, raça);
- e) Propiciar aos estudantes a vivência da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão em meio a participação de projetos contínuos e interdisciplinares;
- f) Ampliar o vínculo da Instituição com outros órgãos regionais, nacionais e internacionais que realizam ações no eixo: Turismo, Hospitalidade e Lazer.

6.3 Perfil do curso

O curso técnico em Eventos, além de formar profissionais qualificados a auxiliar na coordenação e implementação do conjunto diversificado de operações que caracterizam os eventos, como: planejamento, organização, promoção, realização, gerenciamento de recursos, avaliação e prestação de serviços especializados de eventos, como: apoio técnico, logístico e de cerimoniais, de forma empreendedora com responsabilidade sociocultural e ambiental orientados pelos preceitos da hospitalidade.

Desse modo, o curso intenta contemplar as exigências do perfil do profissional

Técnico em Eventos, conforme o previsto no *Catálogo Nacional de Cursos* (2016), na *Classificação Brasileira de Ocupações* (CBO) e nas orientações da *Associação Brasileira de Normas Técnicas* (ABNT), partindo da identificação de problemas e necessidades da região com vistas a intervir no modus operandi da organização de eventos e a propor novas possibilidades para a geração de renda aos litorâneos.

Trata-se da oferta de um ensino problematizador e contextualizado, que assegure a indissociabilidade entre teoria e prática; entre ensino, pesquisa e extensão.

O curso técnico em Eventos do *Campus* Osório está organizado em dois semestres letivos, com carga horária total de 1000 horas/aula, ou seja 830 horas/relógio, com 15 componentes curriculares ofertados na modalidade presencial e semipresencial, compreendendo abordagens teóricas e práticas. Os componentes curriculares presenciais contarão com carga horária prática previamente estabelecidas na matriz curricular do curso.

A formação dos alunos será embasada na preparação ao mundo do trabalho e complementada com componentes curriculares de diferentes áreas do conhecimento, que permitirá uma formação sistêmica ao profissional egresso do Curso Técnico em Eventos.

O projeto do curso propõe a organização dos componentes curriculares em um corpo de conhecimentos que articula saberes básicos, técnicos e práticos, articulados em dois semestres, devidamente interligados. Esta organização favorece a prática da interdisciplinaridade, uma vez que há necessidade de uma educação profissional e tecnológica que integre conhecimentos científicos e experiências e saberes advindos do mundo do trabalho. Tal forma de estruturação permite que se construa o pensamento tecnológico crítico e a capacidade de intervir em situações concretas no trabalho.

Como temáticas de abordagens na construção do conhecimento, o primeiro semestre do curso, prevê, preferencialmente, um enfoque maior dos componentes curriculares em Eventos do tipo: corporativos e de negócios, online e técnico-científico.

Para o segundo semestre do curso, o foco dos estudos está centrado preferencialmente nos eventos com objetivos: social, cultural/lazer e esportivo. Conforme demonstra a figura abaixo:

Figura 07 - Abordagens propostas para o curso de Eventos:



Além disso, temas transversais, como: acessibilidade, ética, cultura e sustentabilidade serão abordados ao longo do curso pelos componentes curriculares. Desta forma, o direcionamento das abordagens ocorre de forma articulada entre os componentes curriculares do curso, com enfoque nos principais eventos da atualidade.

6.4 Perfil do egresso

Ao concluir o curso Técnico em Eventos, com os conhecimentos adquiridos, o profissional deverá ser capaz de:

- Projetar, organizar, executar e avaliar ações em eventos, em curto, médio e longo prazos;
- Responsabilizar-se pela logística em eventos, tendo como base a inclusão social e a proteção ambiental;
- Aplicar as regras de protocolo, cerimonial e etiqueta social, elaborando roteiros para os distintos eventos;
- Elaborar orçamentos, realizando o levantamento das necessidades de recursos humanos, materiais e financeiros e tomada de preços para eventos;
- Identificar necessidades do cliente, dominando técnicas de administração e negociação de contratos, acordos e parcerias, legislação, seguindo preceitos da ética;
- Coordenar a decoração de ambientes para eventos;
- Coordenar a manipulação, a higienização e o armazenamento de gêneros alimentícios para eventos;
- Organizar e supervisionar equipes de trabalho;
- Conhecer e aplicar as normas técnicas que contribuam para a realização de

eventos;

- Planejar, organizar e executar a divulgação e o marketing em eventos;
- Dimensionar espaços para os eventos;
- Realizar práticas de animação e recreação em eventos;
- Dominar vocabulário operacional relativo à sua ocupação em Eventos;
- Realizar a recepção e o atendimento a clientes internos e externos, seguindo as normas de higiene, apresentação pessoal e normas de etiqueta adequados à sua posição profissional;
- Realizar procedimentos de avaliação de riscos, seguro e aspectos legais relativos às normas de: contratação de serviços de terceiros, lei do silêncio, Lei dos Direitos Autorais, Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outras.

Além disso, são habilidades desejáveis do técnico em Eventos:

- a) Avaliação com base em dados e fatos;
- b) Responsabilidade com a cultura regional e o patrimônio histórico;
- c) Consciência ecológica;
- d) Sensibilidade em relação às questões sociais;
- e) Capacidade de captar recursos e prospectar eventos que fomentem o crescimento socioeconômico da região;
- f) Atitude ética no trabalho e no convívio social.

As atitudes desejáveis do organizador e dos demais profissionais de eventos devem compreender (ABNT, 2016a):

- Inovação e criatividade na geração de ideias;
- Atitudes comunicativas, sociáveis, amigáveis e empáticas, gerando bom relacionamento interpessoal;
- Consciência do detalhe e atenção para o controle;
- Otimismo, persuasão e postura democrática;
- Raciocínio numérico aplicado aos negócios;
- Raciocínio lógico verbal para entender e comunicar-se, de maneira clara e articulada, na forma oral e escrita;
- Iniciativa para prevenir e solucionar problemas, mantendo o equilíbrio emocional para administrar situações de emergência;
- Capacidade para tomar decisões complexas, individualmente ou coletivamente.

O técnico em Eventos, formado pelo IFRS – *Campus* Osório, terá como possibilidades de atuação: empresas organizadoras de eventos e de cerimonial, instituições públicas e privadas ligadas ao segmento de eventos, Convention & Visitors Bureau, espaços para eventos e de lazer, meios de hospedagem, cruzeiros marítimos, restaurantes, empresas de bufê e atividades autônomas ligadas a eventos.

6.5 Diretrizes e atos oficiais

Os cursos técnicos têm como orientação legal, os seguintes documentos:

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional (atualizada);
- Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos;
- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes;
- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;
- Decreto nº 8.268, de 18 de junho de 2014. Altera o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Arts.
 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional e dá outras providências;
- Decreto 9.057 de 25 de maio de 2017, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional.
- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Resolução CONSUP nº 084, de 11 de dezembro de 2018;
- Organização Didática do IFRS (OD). Resolução CONSUP nº 086, de 17 de outubro de 2017;
- Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes
 Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012, que define as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio.
- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. Conforme Lei nº

9.394/96, com redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e pela Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004;

- Lei nº 12.287, de 13/07/2010, referente ao ensino da Arte;
- Lei nº 11.769, de 18/08/2008, referente ao ensino da Música na Educação Básica;
- Lei nº 11.684, de 02/06/2008, que estabelece a inclusão da Filosofia e da Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do Ensino Médio;
- Resolução CNE/CEB nº 01/2014; Resolução CNE/CEB nº 06/2012; Resolução CNE/CEB nº 02/2012;
- Lei Nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à intimidação sistemática (Bullying).

Cabe ressaltar algumas especificidades para melhor interlocução com essa ordenação legal, a saber: a organização curricular do Curso Técnico em Eventos Subsequente ao Ensino Médio, atende primeiramente a Constituição Nacional (1988), conforme o inciso XIII do Art. 5°, que diz: "é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer; bem como ao inciso XIV, que preconiza o acesso à informação a todos quando necessário ao exercício profissional. (BRASIL, 1989, p. 5).

Ao que foi regulamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996), quanto a formação técnica em Nível Médio, e suas alterações, destaca-se, nesse aspecto,

Art. 36-A. (...) o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas;Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas: I - articulada com o ensino médio; II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

Consoante a isso, o texto demarcador dessa oferta pelo Conselho Nacional de Educação, que é a Resolução nº 06, de 20 de setembro de 2012, o qual define *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio*, traz alguns princípios norteadores, que interessam ao projeto pedagógico em questão:

Art. 6º São princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio: I - relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante; II - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional; III - trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular; IV - articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico; V - indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da

aprendizagem; VI - indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensinoaprendizagem; VII - interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular; VIII - contextualização, flexibilidade e interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e à integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas; 3 IX - articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem, devendo observar os arranjos socioprodutivos e suas demandas locais, tanto no meio urbano quanto no campo; X - reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades, considerando, entre outras, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, as pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade, XI reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas e populações do campo; XII - reconhecimento das diversidades das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes, as quais estabelecem novos paradigmas; XIII - autonomia da instituição educacional na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu projeto político-pedagógico, construído como instrumento de trabalho da comunidade escolar, respeitadas a legislação e normas educacionais, estas Diretrizes Curriculares Nacionais e outras complementares de cada sistema de ensino; XIV - flexibilidade na construção de itinerários formativos diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais, nos termos dos respectivos projetos político-pedagógicos; XV identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais; XVI - fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados, incluindo, por exemplo, os arranjos de desenvolvimento da educação, visando à melhoria dos indicadores educacionais dos territórios em que os cursos e programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio forem realizados; XVII - respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. (BRASIL, 2012)

Em suma, quaisquer que sejam as práticas do processo educativo em questão, terão que expressar as diretrizes organizações reunidas no compêndio legal para oferta do Ensino Técnico Profissionalizante contemporâneo.

Essa legislação embasou a Lei 11.892/2008 que "Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências" (BRASIL, 2008), a qual recebeu novas orientações com as alterações na LDB, editadas em 13 de fevereiro de 2017, no que diz respeito a oferta do Ensino Médio no país.

Via de regra, cada Instituto Federal de Educação tem autonomia administrativa e financeira para regulamentações específicas no âmbito de sua área de abrangência, produzindo, assim, resoluções, regulamentos, portarias e afins, conforme consta em seus estatutos, garantida a publicização das informações.

6.6 Formas de ingresso

Poderão ingressar no curso alunos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente, independente de formação específica.

O ingresso de novos alunos no *Curso Técnico em Eventos Subsequente ao Ensino Médio* é anual, sendo oferecidas 35 vagas: 18 para ingresso através do Processo Seletivo Unificado do IFRS, por meio da realização de processo seletivo local com editais amplamente divulgados; e 17 para ingresso através da utilização das notas do ENEM.

Dentre essas vagas, conforme a Lei Nº 12.711 de 29 de agosto de 2012 e a Lei Nº 13.409 de 28 de dezembro de 2016, é destinado reserva de vagas aos candidatos, respeitando a Política de Ingresso Discente do IFRS (Resolução CONSUP nº 046, de 21 de agosto de 2018) e as Políticas de Ações Afirmativas desenvolvidas na Instituição.

6.7 Princípios filosóficos e pedagógicos do curso

O Curso Técnico em Eventos Subsequente ao Ensino Médio do IFRS *Campus* Osório, em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFRS, está embasado nos princípios de formação humanística, que respeita a diversidade, busca articular teoria e prática em sua organização curricular, tomando a pesquisa como princípio educativo.

Considerando o ser humano como histórico, cultural e inacabado, é nas relações sociais com o outro, através do meio, que o indivíduo se constitui. Assim, através do trabalho que preconiza a interação para a produção de novos conhecimentos, a humanidade se desenvolve num processo contínuo e dinâmico, no qual a educação se insere como ponto-chave. Esses princípios nos permitem almejar uma sociedade mais justa, que constitua cidadãos críticos e ativos. Conforme disposto no Projeto Pedagógico Institucional:

O IFRS entende a educação como um processo complexo e dialético, uma prática contra-hegemônica que envolve a transformação humana na direção do seu desenvolvimento pleno. Além disso, deve ter um caráter não dogmático, de modo a que os sujeitos se auto-identifiquem do ponto de vista histórico (2011, p. 14).

Essa concepção filosófica-pedagógica supera os antigos paradigmas desenvolvimentistas do ensino profissional e vislumbra um processo educativo vinculado

ao "mundo do trabalho", porém sem abrir mão de priorizar o ser humano, o meio ambiente e a vida comunitária. Prima-se por um ensino humanístico que não se distancie das reais possibilidades de aprendizado do educando e que lhe permita a produção do sustento em meio a apropriação cultural, tecnológica, científica.

Assentado em princípios progressistas, mais especificamente na ideia de "escola como transformadora da realidade social" (FREIRE, 2005) e libertadora das amarras da exclusão social dos sujeitos pertencentes às camadas menos favorecidas economicamente e/ou desprestigiadas socialmente por aspectos como raça, gênero, deficiências, o curso assume como desafio e atravessamento pedagógico a inserção no mundo do trabalho.

Desse modo, entende-se que as ações escolares podem interferir diretamente nas condições de vida das pessoas, possibilitando ganhos financeiros e sociais. Para Frigotto, et. al, (2011,s/n):

O trabalho como princípio educativo vincula-se, então, à própria forma de ser dos seres humanos. Somos parte da natureza e dependemos dela para reproduzir a nossa vida. E é pela ação vital do trabalho que os seres humanos transformam a natureza em meios de vida. Se essa é uma condição imperativa, socializar o princípio do trabalho como produtor de valores de uso, para manter e reproduzir a vida, é crucial e "educativo". (FRIGOTTO, et al., 2011, s/n)

No entendimento de que os cursos técnicos possibilitam a inserção qualificada dos sujeitos no mundo do trabalho, é preciso situar os estudantes dentro de um universo cultural com especificidades nem sempre reconhecidas pelo mundo acadêmico, unindo isso a possíveis processos de escolarização não lineares, com rupturas e com fragilidades epistemológicas. Esse pertencimento social dos estudantes exige uma organização pedagógica também singular, já que muitos estudantes já são trabalhadores durante o dia e a escola constitui-se numa dupla jornada de esforços físicos, cognitivos e pessoais. É preciso que o curso ofertado respeite os tempos de aprendizagem desse estudante trabalhador, bem como o ajude a compreender seu papel no mundo do trabalho e na sociedade contemporânea. Conforme Frigotto, *et. al*, (2011, s/n),

Se não se pode ignorar a importância da educação como pressuposto para enfrentar o mundo do trabalho, não se pode reduzir o direito à educação – subjetivo e inalienável – à instrumentalidade da formação para o trabalho com um sentido economicista e fetichizado. (FRIGOTTO, *et al.*, 2011.).

Em síntese, se almeja uma proposta educativa e uma prática de ensino humanizadoras e potencializadoras de questões que transcendem a instrumentalização para uma atividade técnica, mas que podem definir um profissional autônomo em seu

processo de conhecimento, consciente de sua condição de "ser inacabado" (FREIRE, 1987) e capaz de ir além daquilo que a vida lhe deu como condição existencial. Isso porque, ainda segundo Frigotto *et. al*, (2011),

o trabalho como princípio educativo não é apenas uma técnica didática ou metodológica no processo de aprendizagem, mas um princípio éticopolítico. Dentro desta perspectiva, o trabalho é, ao mesmo tempo, um dever e um direito. O que é inaceitável e deve ser combatido são as relações sociais de exploração e alienação do trabalho em qualquer circunstância e idade. (FRIGOTTO, *et al.*, 2011, s/n).

Mais do que fazer cumprir aquilo que é prerrogativa do percurso formativo para um Técnico em Eventos, de acordo com *Catálogo Nacional de Cursos Técnicos* (2016), seja no que tange à oferta de componentes curriculares básicos ou técnicos, a matriz curricular precisa refletir uma ação dialógica entre os sujeitos do processo ensino-aprendizagem e a sociedade. Em outros termos, a efetividade de uma proposta de cunho emancipador só é possível em meio a uma relação horizontal entre professor e estudante, num cenário didático que não reitere relações opressoras, nem no cotidiano acadêmico, nem nos momentos avaliativos.

O cuidado com a avaliação dos estudantes precisa ser constantemente retomado, pois é um instrumento decisivo para a coerência entre o que se busca enquanto processo democratizante de ensino e o que se (re)produz na prática. Uma avaliação em que os aspectos qualitativos superem os quantitativos, que vise a promoção e não uma contínua seleção, é que atende aos preceitos progressistas da educação. Conforme, Libâneo (apud LUCKESI, 1994, p. 196), "a avaliação é uma aprendizagem qualitativa sobre dados relevantes do processo de ensino e aprendizagem que auxilia o professor a tomar decisões sobre o seu trabalho".

A compreensão de o quanto a não retenção de estudantes evita índices de evasão escolar converge com a ideia de que a permanência na escola e a profissionalização podem contribuir para uma sociedade mais justa, menos violenta. Isto revela dos atores educacionais uma postura transdisciplinar, em suma, aquilo que Crema (2017) chama de respeito à ecologia do ser, à ecologia social, à ecologia ambiental.

Nesse aspecto, há de se garantir a convergência de posturas entre os docentes do curso, no comprometimento de que todos reconheçam tais concepções pedagógicas. Tais reflexões serão oportunizadas a partir da organização de conselhos pedagógicos, conforme a Resolução nº 086, de 17 de outubro de 2017, que dispõe sobre a Organização Didática dos institutos. Neste documento consta que, no nível médio, nos cursos subsequentes e no nível superior, ocorrerá na forma de reuniões de Colegiado de

Curso.

A simbiose entre ensino, pesquisa e extensão, além de já constar como prerrogativa na Organização Didática (IFRS, 2017), pode, nesse sentido, constituir-se como elo fundamental entre o ato de profissionalizar humanizando ou humanizar profissionalizando.

6.8 Representação gráfica do perfil de formação

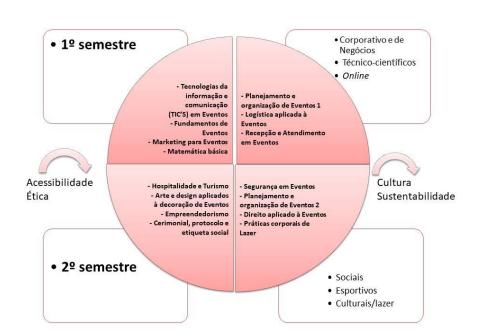


Figura 8: Representação gráfica do curso técnico em Eventos

6.9 Orientação para a construção da organização curricular do curso

A organização curricular do Curso Técnico em Eventos, cujo Eixo Tecnológico de abrangência é o Turismo, Hospitalidade e Lazer, segundo Catálogo Nacional de cursos do MEC, observa as determinações legais presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96 e nº 11741/2008, Decreto Federal no. 5154/2004 e Resolução CNE/CEB nº 4/1999, atualizada pela Resolução CNE/CEB nº 01/2005 e pela Resolução CNE/CEB nº 03/2008. Resolução CNE/CEB nº 06/2012; Resolução CNE/CEB nº 01/2014.

O eixo tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer, compreende tecnologias relacionadas aos processos de recepção, viagens, eventos, gastronomia, serviços de alimentação e bebidas, entretenimento e interação. Abrange planejamento, organização,

operação e avaliação de produtos e serviços inerentes ao turismo, hospitalidade e lazer, integradas ao contexto das relações humanas em diferentes espaços geográficos e dimensões socioculturais, econômicas e ambientais. (BRASIL, 2016, p.246).

Esse conceito é materializado no planejamento do currículo, a partir da seguinte orientação:

A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; raciocínio lógico; historicidade e cultura; línguas estrangeiras; ciência, tecnologia e inovação; tecnologias sociais, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo; prospecção mercadológica e marketing; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; gestão da qualidade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; ética profissional (BRASIL, 2016, p.246).

Planejamento e Organização de Eventos 1*: Compartilhado com docente de Letras Planejamento e Organização de Eventos 2*: Compartilhado com docente de Letras Matemática básica Recepção e Atendimento em Conteúdos de Língua Portuguesa **Eventos***: Compartilhado com docente de Letras e Administração, em especial integrados aos componentes curriculares* de Recursos Humanos Hospitalidade e Turismo Cerimonial, Protocolo e Etiqueta Social*: compartilhado com docente de Alimentos e Bebidas. Direito Aplicado à Eventos Arte e Design aplicados à Decoração de Eventos Segurança em Eventos Logística aplicada à Eventos Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) em Eventos Marketing para Eventos Fundamentos de Eventos Práticas Corporais de Lazer

Figura 9 - Formação geral e Formação profissional

6.9.1 Matriz Curricular

O Curso Técnico em Eventos está organizado em regime de matrícula por componentes curriculares, distribuídos em dois semestres (tabela 5), com uma carga horária de 830 horas/relógio, sendo 450 horas destinadas aos componentes curriculares teóricos presenciais, 90 horas a distância e 290 horas destinadas à prática profissional, conforme ilustrado na Figura abaixo:



Figura 10: Distribuição da carga horária do curso Técnico em Eventos.

Os componentes curriculares que compõem a matriz curricular deverão estar articulados entre si, tendo em vista a necessidade de que se trabalhe de forma interdisciplinar e contextualizada.

Algumas considerações:

- -Os conteúdos teórico-práticos previstos para o curso compreendem 15 componentes curriculares, entre formação geral e formação profissional, totalizando 25 períodos semanais por semestre;
- -Os conteúdos curriculares semipresenciais compreendem dois componentes curriculares, com carga horária total de 100 horas, entre carga horária a distância (45 horas) e presencial (5 horas, ofertadas em 3 encontros presenciais): *Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC's) em Eventos* e *Hospitalidade e Turismo*. Para a realização das atividades não presenciais, será disponibilizado um Laboratório de Informática, com o Ambiente Virtual de Ensino e de Aprendizagem, sendo adotado o Moodle, cumprindo as exigências da Instrução Normativa PROEN nº 007, de 27 de setembro de 2016 e posteriores alterações.
- -A Prática Profissional é apresentada como **conteúdos inseridos nos componentes curriculares,** conforme prevê a Organização Didática do IFRS (Artigo 226. Resolução nº 086, de 17 de outubro de 2017, página 49), e cada componente curricular já

apresenta na matriz curricular do curso, carga horária destinada para as atividades práticas, que deverão ser realizadas, preferencialmente, de forma integrada entre os componentes curriculares.

-Componentes curriculares previamente definidos articulam-se entre as áreas do conhecimento, entre formação geral e específica, sendo compartilhados entre os docentes, a saber:

- Recepção e atendimento em Eventos: docente da área de Turismo (80 horas/aula) e de Recursos Humanos (40 horas/aula);
- Planejamento e Organização de Eventos 1: docente da área de Turismo (100 horas/aula) e de Letras (20 horas/aula);
- Planejamento e Organização de Eventos 2: docente da área de Turismo (100 horas/aula) e de Letras (20 horas/aula);
- Cerimonial, Protocolo e Etiqueta social: docente da área de Turismo (80 horas/aula) e de Alimentos e Bebidas (40 horas/aula);

A Tabela a seguir (Tabela 5) descreve a matriz curricular do curso proposto.

	Componente Curricular	Horas relógio				s aula		Aulas	Pré-requisito		
		Total	Presencial	Prática	Distância	Total	Presencial	Prática	Distância	semana	
1º SEMESTRE	Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC's) em Eventos	50	5	-	45	60	6	-	54	3	Não há
	Fundamentos de Eventos	66	53	13	-	80	64	16	-	4	Não há
	Recepção e atendimento em Eventos	100	67	33	-	120	80	40	-	6	Não há
	Planejamento e Organização de Eventos 1	100	41	59	-	120	49	71	-	6	Não há
	Marketing para Eventos	33	23	10	-	40	28	12	-	2	Não há
	Matemática Básica	33	23	10	-	40	28	12	-	2	Não há
	Logística aplicada a Eventos	33	23	10	-	40	28	12	-	2	Não há
	Total do semestre	415	235	135	45	500	283	163	54	25	
2º SEMESTRE	Hospitalidade e Turismo	50	5	-	45	60	6	-	54	3	Não há
	Cerimonial, Protocolo e Etiqueta Social	100	60	40	-	120	72	48	-	6	Recepção e atendimento em eventos
	Planejamento e Organização de Eventos 2	100	41	59	-	120	49	71	-	6	Planejamento e Organização de Eventos1
	Segurança em Eventos	33	23	10	-	40	28	12	-	2	Não há
	Arte e Design aplicados à decoração de Eventos	33	20	13	-	40	24	16	-	2	Não há
	Empreendedorismo	33	23	10	-	40	28	12	-	2	Não há
	Direito aplicado a Eventos	33	23	10	-	40	28	12	-	2	Não há
	Práticas Corporais de Lazer	33	20	13	-	40	24	16	-	2	Não há
	Total do semestre	415	215	155	45	500	259	187	54	25	
	CARGA HORÁRIA TOTAL	830	450	290	90	1000	542	350	108	50	

6.9.2 Prática Profissional

Para que o aluno possa desenvolver atitudes humanizadoras, empreendedoras e inovadoras com vistas a inserir-se no mundo do trabalho, o curso prevê, além das abordagens teóricas, atividades práticas. As práticas educativas buscam proporcionar uma aprendizagem problematizada, uma vez que haverá orientação, questionamentos e acompanhamento dos docentes em todo o período do desenvolvimento das atividades.

Também é com atividades práticas que se propõe testar/refletir/construir novas teorias.

A prática profissional é obrigatória aos estudantes de todos os cursos do IFRS e consiste em condição essencial para o direito ao diploma ou certificado de conclusão de curso (Resolução nº 086, de 17 de outubro de 2017, Artigo 224, página 47).

A Prática Profissional é apresentada como conteúdos inseridos nos componentes curriculares, conforme prevê a Organização Didática do IFRS (Artigo 226. Resolução nº 086, de 17 de outubro de 2017, página 49), nas formas de:

- Realização de atividades de laboratório;
- Oficinas de aplicação de conhecimentos;
- Projetos de ensino específicos;
- •. Demais atividades que envolvam aplicação de conhecimentos.

O professor será responsável pela orientação da prática profissional ou pelo controle da carga horária desenvolvida na atividade, sendo que cada componente curricular já apresenta na matriz curricular do curso carga horária destinada para as atividades práticas, que deverão ser realizadas, preferencialmente, de forma integrada entre os componentes curriculares do semestre vigente.

No Curso Técnico em Eventos Subsequente, a prática profissional acontecerá em diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, mediante visitas técnicas, oficinas práticas, acompanhamentos de atividades de planejamento, organização e/ou apoio a realização de eventos e diálogos com o setor produtivo.

Tais práticas terão carga horária mínima de 290 horas/relógio e se constituem como conteúdos inseridos nos componentes curriculares, conforme descrito no Quadro 2.

Apresenta-se a seguir, possibilidades de práticas profissionais que podem ser desenvolvidas pelos componentes curriculares do curso técnico em Eventos em suas

diversas formas (realização de atividades de laboratório, oficinas de aplicação de conhecimentos, projetos de ensino específicos e demais atividades que envolvam aplicação de conhecimentos), que contribuem para a formação específica do perfil profissional do técnico em Eventos que poderão ser realizadas ao longo do curso, preferencialmente de forma articulada entre os componentes curriculares:



Figura 11 - Possibilidades de práticas profissionais para o técnico em Eventos:

A figura acima apresenta como possibilidades de práticas profissionais: as visitas técnicas, serviços de recepção e atendimento e o planejamento, organização e apoio na realização de eventos. São detalhadas a seguir a prática profissional sugerida, as atividades a serem realizadas com o objetivo proposto e a proposta de avaliação.

Prática profissional	Atividade	Objetivo	Avaliação
Visitas técnicas	Previstas para todo o curso. Realizadas conforme o agendamento do Colegiado do Curso, vinculadas aos conhecimentos trabalhados pelos componentes curriculares no semestre vigente.	Ampliar os conhecimentos na cadeia produtiva de eventos: fornecedores, espaços, organizadores, contribuindo com a formação integral do aluno, com o olhar transdisciplinar, proporcionando a vivência em eventos e contatos com profissionais do setor.	A avaliação, preferencialmente será realizada de forma integrada entre os componentes curriculares participantes da (s) atividade (s). Podem ser compostas por: atividades de ensino: relatórios, novos projetos, relatos ou

Figura 12 - Detalhamento da proposta de Prática Profissional

			artigos, destinados à elaboração de estudos
			ou a publicações.
Serviços de	Previstos para serem	Propiciar aos acadêmicos,	A avaliação será feita
recepção e	realizados durante todo o	oportunidades de	mediante a prática do
atendimento	curso, de acordo com as	treinamento em recepção e	atendimento, com
	demandas	atendimento em eventos.	critérios previamente
	internas/externas e		definidos.
	atendimento aos		Preferencialmente será
	convidados do curso.		realizada de forma
			integrada entre os
			componentes
			curriculares participantes
			da (s) atividade (s).
Planejamento,	Previstos para serem	Ofertar atividades práticas	As atividades serão
organização e	realizados durante todo o	de planejamento,	avaliadas, mediante a
apoio na	curso. Serão planejadas em	organização e realização de	emissão de: relatórios e
realização de	acordo com as demandas	eventos, com o olhar	pareceres das atividades
eventos	internas/externas, com o	transdisciplinar,	realizadas.
	reconhecimento do	proporcionando aos alunos	Preferencialmente, a
	Colegiado de Curso,	a vivência em eventos	avaliação será realizada
	vinculadas aos	diversos.	de forma integrada entre
	conhecimentos trabalhados		os componentes
	nos componentes		curriculares participantes
	curriculares do semestre		da (s) atividade (s).
	vigente.		

Cabe salientar que o enfoque das atividades será realizado de acordo como já apresentado, em que no primeiro semestre do curso, a atenção maior dos componentes curriculares é sobre eventos com objetivos: corporativos e de negócios, online e técnicocientífico. No segundo semestre do curso, o foco dos estudos está nos eventos com objetivos: social, cultural e esportivo.

Destaca-se que o planejamento, a organização e/ou apoio aos eventos demandados internamente pelo *Campus* Osório ou por entidades e empresas parceiras e/ou criados pelos acadêmicos do curso e selecionados pelos docentes do colegiado do curso de Eventos para comporem uma avaliação integrada entre os componentes curriculares, ficará a cargo dos componentes curriculares de Planejamento e Organização de Eventos 1 e 2, que apoiados pelos demais componentes do semestre realizarão as atividades necessárias para a execução dos eventos, visto a carga horária prática definida para que cada componente curricular atue de forma individual e, ao mesmo tempo, transdisciplinar.

As ações de planejamento, acompanhamento, registro e avaliação das atividades realizadas pelo aluno, resultarão na realização de tais atividades práticas em eventos, que serão avaliadas por meio do acompanhamento, da execução prática, dos domínios técnicos, relatórios finais, dentre outros instrumentos, sendo a sugestão de, no mínimo, uma das avaliações realizadas de forma integrada entre os componentes curriculares do

semestre vigente.

6.9.2.1 Atividades integradas entre os componentes curriculares

A cada semestre, sugere-se que, pelo menos, uma das avaliações dos componentes curriculares que compõem a matriz curricular do período correspondente deverá estar relacionadas a essa prática. Isto permitirá uma maior interlocução entre os componentes curriculares e possibilitará que os alunos sejam efetivamente instrumentalizados para tal prática.

Para a realização dos eventos que ocorrerão de atividades e/ou projetos que ocorram de forma integrada entre os componentes curriculares do semestre vigente, do tipo de Planejamento, Organização e/ou apoio de Eventos, deve-se seguir os seguintes trâmites:

- I. participação no planejamento das atividades individuais e coletivas previstas no projeto do evento;
- II. execução das atividades planejadas;
- III. realização de reuniões periódicas entre os estudantes e professores envolvidos;
- IV. registro das atividades;
- V. apresentação dos resultados;
- VI. avaliação do trabalho pelos professores.

6.9.2.2 Laboratório de Turismo e Hospitalidade

Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio têm por finalidade proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científicos-tecnológicos, sócio-históricos e culturais (Resolução n. 6, 2012).

Para o desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades e atitudes demandados, foi estruturado o espaço de aprendizagem denominado de "Laboratório de Turismo e Hospitalidade" vinculado ao Eixo Tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus Osório.

Foi planejado como um espaço voltado para docentes e discentes dos cursos integrados ao referido eixo e tem como principal objetivo ser um núcleo de referência

educacional em Turismo, Hospitalidade e Lazer.

Como estratégia específica de consolidação das práticas profissionais optou-se pela estruturação do Laboratório de Turismo e Hospitalidade, espaço com materiais e equipamentos necessários à prática em eventos por ser destinado à concretização de ações organizadas em sala de aula.

O Laboratório de Turismo e Hospitalidade visa fortalecer a relação entre teoria e prática, valorizando a construção coletiva tanto no primeiro quanto no segundo semestres. Serve como estratégia para que seja oportunizado ao futuro Técnico em Eventos, momentos para o aprofundamento de conhecimentos e reflexão sobre a prática profissional, com base na integração dos conhecimentos pertinentes à área de formação e aos componentes curriculares específicos.

O Laboratório reúne três subáreas, a saber: Educação e Turismo, Turismo e Desenvolvimento Regional e Eventos. Nele desenvolver-se-ão atividades práticas voltadas ao ensino, pesquisa e extensão na área de Turismo e Hospitalidade, nas formas de realização, organização e/ou apoio. Atua no contexto de desenvolvimento do turismo local e regional, de forma colaborativa com as demais áreas do conhecimento.

Mais detalhadamente, o uso do Laboratório de Turismo e Hospitalidade compreende o apoio e orientação ao desenvolvimento de ações práticas, a saber: visitas técnicas, serviços de recepção e atendimento, recepção de convidados, planejamento, organização e apoio a realização de eventos demandados internamente e externamente, articulados entre os componentes curriculares do curso.

6.10 Programas por Componentes Curriculares

6.10.1 Semestre I

Componente Curricular:	Carga horária:		
Tecnologias da Informação e	- 60 horas/aula: 6 horas-aula presenciais; 54		
Comunicação (TIC'S) em Eventos	horas/aula Distância.		
	- 50 horas/relógio: 5 horas/relógio presenciais e 45		
	horas/relógio Distância.		
Objetive goral de componente curricular			

Objetivo geral do componente curricular:

Possibilitar o desenvolvimento da autonomia dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem, especialmente para educação a distância, utilizando recursos da Plataforma Moodle e ferramentas de produtividade online em eventos.

Ementa:

Visão geral dos recursos na Plataforma Moodle e utilização. Conceitos básicos em computação. Internet como instrumento de comunicação, trabalho, ensino e pesquisa. Aplicativos de produtividade: editor de texto, planilha eletrônica e apresentações. O uso atual da tecnologia da informação aplicada a eventos.

Referências básicas:

FURMANKIEWICZ, Edson (Trad). **Tecnologia da informação para gestão:** transformando os negócios na economia digital . 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

RECUERO, Raquel. Redes sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2009.

VELLOSO, Fernando de Castro. **Informática:** conceitos básicos. 8. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro:Campus, 2011.

Referências complementares:

BORGES K. N. R. LibreOffice para leigos, Facilitando a vida no escritório. Livro Digital, Disponível em: < >.

CAPRON, H. L.; JOHNSON J. **A. Introdução à Informática.** Tradução de José Carlos Barbosa dos Santos; revisão técnica de Sérgio Guedes de Souza. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

GIACAGLIA, Maria Cecília. **Organização de eventos:** teoria e prática. São Paulo: Cengale LEarning, 2008.

MANZANO, André Luiz; MANZANO, Maria Isabel N.G. **Estudo dirigido de informática básica**. 7. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Érica, 2007.

SIQUEIRA, Ethevaldo. Para compreender o mundo digital. São Paulo, SP: Globo, 2008.

Componente Curricular:	Carga horária:
Fundamentos de Eventos	- 80 horas-aula (64h teórica e 16h práticas).
	- 66 horas-relógio: 53 horas/relógio presenciais
	e 13 horas/relógio práticas.

Objetivo geral do componente curricular:

Compreender o setor de eventos: suas características, classificações e tipologias, analisando a importância e influência dos eventos no contexto turístico, através da captação de eventos e da organização do calendário, refletindo sobre as possíveis interferências nos espaços e nas comunidades locais/regionais que estes podem gerar.

Ementa:

História dos eventos. Conceituação, tipologia, classificação e características dos Eventos.

Análise da importância e da influência dos eventos no contexto turístico. O Mercado de Eventos: importância e estrutura. Entidades de classe ligadas ao setor de eventos. Turismo de negócios. Calendário de Eventos. Captação de eventos. Interferências socioculturais, ambientais e políticas dos eventos.

Referências básicas:

MARTIN, Vanessa. **Manual prático de eventos.** Rio de Janeiro Elsevier 2014. Recurso online

MATIAS, Marlene. **Organização de eventos:** procedimentos e técnicas. Edição 5. ed. rev. e atu. São Paulo : Manole, 2010.

ROGERS, Tony; MARTIN, Vanessa. **Eventos**: planejamento, organização e mercados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 167 p. (Coleção Eduardo Sanovicz de Turismo) ISBN 9788535245523

Referências complementares:

ABNT NBR 16004:2016 - Eventos - Classificação e terminologia.

ANDRADE, Renato Brenol. Manual de eventos. Caxias do Sul: Educs, 2007.

BARRETTO, Margarida. Manual de iniciação ao estudo do turismo. 19. ed. Campinas,

SP: Papirus, 2010. 160 p. CESCA, Cleuza G. Gimenes. **Organização de eventos:** manual para planejamento e execução. São Paulo, SP: Summus, 2008.

CESCA, Cleuza G. Gimenes. **Organização de eventos:** manual para planejamento e execução. São Paulo, SP: Summus, 2008

MELO, Francisco Paulo de Neto. **Criatividade em Eventos.** São Paulo: Contexto, 2001.

Componente Curricular:	Carga horária:
Recepção e Atendimento em	- 120 h/aula: 80 horas/aula teórica, 40h/aula prática;
Eventos	- Compartilhada: docente da área de Turismo (80
	horas/aula) e de Recursos Humanos (40
	horas/aula);
	- 100 horas/relógio:67 horas/relógio presenciais e
	33 horas/relógio práticas.
Eventos	horas/aula) e de Recursos Humanos (40 horas/aula); - 100 horas/relógio:67 horas/relógio presenciais e

Objetivo geral do componente curricular:

Capacitar para atuação em eventos nas funções de: recepção, atendimento, apoio ao cerimonial e protocolo, orientação e suporte organizacional aos participantes, através do conhecimento das normas de cerimonial público e privado, dos elementos que intentem uma comunicação eficaz, da compreensão da importância e dos desafios práticos do

relacionamento interpessoal ético nas relações de trabalho contemporâneas e do desenvolvimento de habilidades interpessoais e de trabalho em equipe.

Ementa:

Os profissionais de eventos. Excelência em serviços. Postura profissional e pessoal. A comunicação. Atividade do profissional da recepção em eventos por setor de atuação. Conceitos e funções: cerimonial, etiqueta e protocolo. Fundamentação histórica do cerimonial e do protocolo; ritos e importância na formação cultural das civilizações. Legislação, ordem de procedência. Tipos de cerimonial e protocolo: oficiais e no âmbito das organizações. Ordem geral de precedência. Símbolos Nacionais — forma e apresentação. Quebra de protocolo. Roteiros de cerimonial público e privado. Elementos linguísticos associados à elaboração de cerimonial e protocolo. Desenvolvimento da personalidade nas relações humanas. Comunicação interpessoal. Competência social/interpessoal. Trabalho e diversidade. Trabalho em equipe. Administração de conflitos. Assédio moral e sexual. Ética nas relações interpessoais e de trabalho. Direitos Humanos. Desafios contemporâneos nas relações interpessoais e de trabalho.

Referências básicas:

MATIAS, Marlene. A arte de receber em eventos. Barueri, SP: Manole, 2014.recurso online.

LUKOWER, Ana. Cerimonial e protocolo. São Paulo: Contexto, 2010.

WERNER, Adriane. Etiqueta social e empresarial. Curitiba: Dialógica, 2014. ISBN 9788582129371.

Referências complementares:

ABNT NBR 16513:2016 - Organizador de eventos - Competências pessoais.

AZEREDO, José Carlos (Instituto Antônio Houaiss). **Escrevendo pela nova ortografia:** como usar as regras do novo acordo ortográfico da língua portuguesa. São Paulo: Publifolha, 2008

BRASIL, República Federativa do. **Decreto nº 70.274, de 9 de março de 1972.**

. *Lei nº* 5.700, de 1º de setembro de 1971.

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES (CBO). Disponível em: http://www.mtecbo.gov.br/cbosite.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. **Escrevendo pela nova ortografia:** como usar as regras do novo acordo ortográfico da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Publifolha, 2009. 134 p. ISBN 9788574029382.

PALÁCIO DO ITAMARATY. Disponível em: .

PALÁCIO DO PLANALTO. Disponível em:

PALÁCIO PIRATINI. Disponível em:

Componente Curricular:

Planejamento e Organização de Eventos

1

Carga horária:

- 120 horas/aula: 49 horas/aula teórica e 71 horas/aula práticas.
- Compartilhamento: docente da área de Turismo (100 horas/aula) e de Letras (20 horas/aula);
- 100 horas/relógio: 41 horas/relógio presenciais e 59 horas/relógio práticas.

Objetivo geral do componente curricular:

Propiciar ao aluno condições de reconhecer as fases do planejamento e da organização de eventos, com eficácia comunicativa.

Ementa:

Conceituação de planejamento. Detalhamento das fases do planejamento de eventos: préevento, transevento e pós-evento, com enfoque a eventos Corporativos e de negócios, online e técnico-científicos. Elaboração e execução de projetos para eventos. Instrumentos de apoio ao planejamento e operacionalização de eventos. Língua padrão e variações linguísticas. Vícios de linguagem. Elementos linguísticos associados a projetos para eventos.

Referências básicas:

CESCA, Cleuza G. Gimenes. **Organização de eventos:** manual para planejamento e execução. São Paulo, SP: Summus, 2008

MATTIAS, Marlene. **Organização de Eventos:** Procedimentos e Técnicas. São Paulo: Manole, 2002.

ROGERS, Tony; MARTIN, Vanessa. **Eventos:** planejamento, organização e mercados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 167 p. (Coleção Eduardo Sanovicz de Turismo) ISBN 9788535245523

Referências complementares:

ANDRADE, Renato Brenol. Manual de eventos. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

MELO NETO, Francisco Paulo de. **Criatividade em eventos.** São Paulo: Contexto, 2012. 119 p.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. **Escrevendo pela nova ortografia:** como usar as regras do novo acordo ortográfico da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Publifolha, 2009. 134 p.

BOAVENTURA, Edivaldo. Como ordenar idéias. São Paulo: Ática, 2007.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto:** leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007. (Ática Universidade).

RIO GRANDE DO SUL, Lei nº 13.490, de 21 de julho de 2010. Institui o Sistema

Estadual Unificado de Apoio e Fomento às Atividades Culturais - PRÓ-

CULTURA, e dá outras providências.https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=155752"

Componente Curricular:	Carga horária:
Marketing para Eventos	- 40 horas/aula: 28 horas/aula teórica e 12
	horas/aula práticas.
	- 33 horas/relógio: 23 horas/relógio presenciais
	e 10 horas/relógio práticas.

Objetivo geral do componente curricular:

Apresentar ao aluno os princípios do marketing, marketing de serviços e eventos, com ênfase na estratégia mercadológica.

Ementa:

Introdução ao Marketing: Composto de marketing; Diferenças entre serviços e produtos; Marketing de Serviços; Problemas do Marketing de Serviços; Marketing de reuniões, produtos, serviços e eventos corporativos. Estratégias de marketing de eventos; As tendências em marketing de eventos.

Referências básicas:

BRITTO, Janaina; FONTES, Nena. **Estratégias para eventos:** uma ótica do marketing e do turismo. 2. ed. amp. e atual. São Paulo: Aleph, 2006.

HOYLE, Leonard H. Jr. **Marketing de eventos:** como promover com sucesso eventos, festivais, convenções e exposições. São Paulo: Atlas, 2008.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing**: análise, planejamento, implementação e controle. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 726 p. ISBN 9788522418251

Referências complementares:

ROGERS, Tony; MARTIN, Vanessa. **Eventos**: planejamento, organização e mercados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 167 p. (Coleção Eduardo Sanovicz de Turismo)

LOVELOCK, Christopher; WIRTZ, Jochen; HEMZO, Miguel Angelo. **Marketing de serviços:** pessoas, tecnologia e estratégia. 7. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. xiii, 530 p. ISBN 9788576058885

CHURCHILL JR., Gilbert A.; PETER, J. Paul. **Marketing:** criando valor para os clientes. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. KOTLER, Philip. **Administração de marketing**. 10. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2000.

GIANESI, Irineu G. N.; CORRÊA, Henrique L. **Administração estratégica de serviços:** operações para satisfação do cliente. São Paulo: Atlas, 2010.

AAKER, David A.; 'KUMAR, V.; DAY, George S. **Pesquisa de marketing.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004. xvii, 745 p. ISBN 9788522437252

Componente Curricular:	Carga horária:
Matemática básica	- 40 horas/aula: 28 horas/aula teórica e 12
	horas/aula práticas.
	- 33 horas/relógio: 23 horas/relógio presenciais
	e 10 horas/relógio práticas.

Objetivo geral do componente curricular:

Rever e aprimorar os conhecimentos de matemática adquiridos durante o Ensino Fundamental e Médio, desenvolvendo o raciocínio lógico e analítico, possibilitando a aplicação desses conhecimentos em problemas relacionados a perfil do egresso do curso de Técnico em Eventos.

Ementa:

Tópicos de matemática elementar. Razão e proporção. Regra de três. Funções custo e receita. Tópicos de matemática financeira. Implementação computacional de cálculos matemáticos em planilhas eletrônicas.

Referências básicas:

DANTE, L. R. Matemática. Volume único, editora Ática São Paulo, 2005.

IEZZI, G.; MURAKAMI, C. Fundamentos da Matemática Elementar: Conjuntos e Funções. vol 1. Atual Editora: São Paulo, 1999.

ASSAF Neto, Alexandre. **Matemática Financeira e suas aplicações.** São Paulo: Atlas, 2009.

Referências complementares:

BEZERRA, M. J. Matemática para o ensino médio. 5. ed. São Paulo: Scipione, 2001.

BONJORNO, J. R.; GIOVANNI, J. Matemática completa. 2. ed. São Paulo: FTD, 2009.

NARY, C. Matemática para o ensino médio. São Paulo: Saraiva, 2001.

PUCCINI, A. L. **Matemática Financeira:** objetiva e aplicada. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

WAGNER, E. Matemática 1. Coleção FGV Universitária. Rio de Janeiro: FGV,2011.

Componente Curricular:	Carga horária:
Logística aplicada a eventos	- 40 horas/aula: 28 horas/aula teóricas e 12
	horas/aula práticas.
	- 33 horas/relógio: 23 horas/relógio presenciais
	e 10 horas/relógio práticas.

Objetivo geral do componente curricular:

Apresentar ao aluno princípios de planejamento e infraestrutura logística em eventos.

Ementa:

Trata sobre os recursos e planejamento logístico na montagem de eventos (transporte,

estocagem, gerenciamento de filas, necessidades espaciais e de infraestrutura de serviços). Fluxos (de informações e de pessoas). Gerenciamento da cadeia num todo. Logística reversa.

Referências básicas:

ALLEN, J; O'TOOLE, W; MCDONNEL, I; HARIS, R. **Organização e gestão de eventos.** 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

GAYER, Priscila. **Logística em Eventos:** Uma Introdução. Porto Alegre: Editora Reviva, 2017.

POZO, Hamilton. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos. São Paulo. Editora Atlas, 2015.

Referências complementares:

CAXITO, Fabiano e outros. Logística um enfoque prático. São Paulo. Saraiva. 2014.

BALLOU, R. H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos / logística empresarial. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J. **Logística empresarial:** O processo de integração da cadeia de suprimentos. São Paulo: Atlas, 2001.

FIGUEIREDO, P.; FLEURY, P.; WANKE. **Logística empresarial:** a perspectiva brasileira. São Paulo: Atlas, 2003.

POZO, Hamilton. **Administração de recursos materiais e patrimoniais**. São Paulo. Atlas, 2016.

6.10.2 Semestre II

Componente Curricular:	Carga horária:
Hospitalidade e Turismo	- 60 horas/aula: 6 horas/aula presenciais e 54
	horas/aula Distância.
	- 50 horas/relógio: 5 horas/relógio presenciais e
	45 horas/relógio Distância.

Objetivo geral do componente curricular:

Propiciar aos alunos uma visão abrangente da Hospitalidade e do Turismo, situando-os no contexto dos Eventos.

Ementa:

Aspectos históricos da hospitalidade no mundo e no Brasil. Relações entre o turismo, hospitalidade e eventos. Noção de dádiva (dar, receber e retribuir). A hospitalidade nos eventos. Segmentação turística. Componentes do *trade* turístico. Interferências do turismo de eventos no espaço e nas comunidades locais/regionais. Sustentabilidade no turismo de eventos e princípios de educação

ambiental.

Referências básicas:

BARRETTO, Margarita. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo.** Campinas: Papirus, 1995.

BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do turismo. 11.ed. São Paulo: SENAC, 2006.

IGNARRA, Luiz Renato. Fundamentos do Turismo. São Paulo: Pioneira, 1999.

Referências complementares:

BRASIL. **Lei nº 6.938/1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. DOU 2.9.1981.

_____. Lei nº 9.795, de 27.4.1999. Dispõe sobre Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. DOU 28.4.1999. BRASIL.

_____. **Decreto nº 4.281/2002.** Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. DOU 26.6.2002.

CESCA, Cleuza G. Gimenes. Organização de eventos: manual para planejamento e execução. São Paulo, SP: Summus, 2008.

GASTAL, Susana. Turismo, imagens e imaginários. São Paulo: Aleph, 2005. 92 p.

Componente Curricular:

Cerimonial, Protocolo e Etiqueta Social

Carga horária:

- 120 horas/aula: 72 horas/aula teóricas e 48 horas/aula práticas;
- Compartilhamento: docente da área de Turismo (80 horas/aula) e de Alimentos e Bebidas (40 horas/aula).
- 100 horas/relógio: 60 horas/relógio presenciais e 40 horas/relógio práticas.

Objetivo geral do componente curricular:

Conhecer, definir e estabelecer o conjunto ou parte dos serviços a serem executados em um evento dentro das normas operacionais e de protocolo em eventos sociais, executando corretamente as normas de etiqueta e de gestão de alimentos e bebidas de acordo com cada tipo de evento.

Ementa:

O cerimonial e protocolo em formaturas; o planejamento do cerimonial em eventos sociais. Roteiros de cerimônias: casamento, quinze anos, bodas, festa infantil. Comportamento social em eventos. Etiqueta social, Etiqueta à mesa.

Serviços ofertados pelo departamento de Alimentos e Bebidas nas empresas. Eventos Gastronômicos. Normas de segurança alimentar para manipulação e conservação de alimentos. Noções e técnicas de harmonização de alimentos e bebida. Planejamento de cardápios para diferentes tipos de eventos. *Catering* de eventos. Serviços de Restaurante e de Cozinha. Quantificação de alimento x participantes do evento. Gestão do setor de

alimentos e bebidas. Classificação de bebidas. Gestão de compras e estocagem. Qualidade em serviços. Brigada de Alimentos e Bebidas.

Referências básicas:

FREUND, Francisco Tommy. **Festas & recepções:** gastronomia, organização e ceremonial. 2ª. ed. Rio de Janeiro, RJ: Senac Nacional, 2012.

LUKOWER, Ana. Cerimonial e protocolo. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2012. 123 p.

DAVIES, Carlos Alberto. Alimentos e Bebidas. Caxias do Sul: Educs, 1999.

Referências complementares:

FREUND, Francisco Tommy. **Festas & recepções:** gastronomia, organização e cerimonial. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Senac Nacional, 2012. 142 p. ISBN 9788574581026. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Guia de eventos, cerimonial e protocolo para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** 2. ed., rev. e ampl. Brasília: Ed. IFB, 2017. 172 p: il. color. Acesso em 11 ago 2018.

SIMÃO, Vera; COSTA, Anna; BARROS, Lúcia. **Casar:** do planejamento à celebração em grande estilo. São Paulo, SP: Mescla, 2005.

TEICHMANN, Ione T. Mendes. **Cardápios:** técnicas e criatividade. 7. ed. Caxias do Sul, RS: Educs, 2009

WERNER, Adriane. **Etiqueta social e empresarial.** Curitiba: Dialógica, 2014. ISBN 9788582129371.

Pré-requisitos:

Recepção e atendimento em Eventos

Componente Curricular:	Carga horária:
Planejamento e Organização de Eventos	- 120 horas/aula: 49 horas/aula teóricas e 71
2	horas/aula práticas;
	- Compartilhamento: docente da área de
	Turismo (100 horas/aula) e de Letras (20
	horas/aula);
	- 100 horas/relógio: 41 horas/relógio
	presenciais e 59 horas/relógio práticas.

Objetivo geral do componente curricular:

Propiciar ao aluno condições para identificar fontes potenciais para captação de recursos, bem como para operacionalizar de forma eficaz os eventos planejados, exercitando de forma eficaz a comunicação.

Ementa:

Comercialização em eventos. Fontes potenciais de recursos para eventos. Leis de

incentivo fiscal - captação de recursos para projetos culturais. Elementos linguísticos associados à elaboração de correspondências, de relatórios e da memória do evento. Elaboração e execução de projetos para eventos, com enfoque aos eventos Sociais, Esportivos e Culturais.

Referências básicas:

MALLEN, Cheryl; LORNE, Adams James.Gestão de eventos esportivos, recreativos e turísticos:dimensões teóricas e práticas.São Paulo: Manole, 2013. xxiv, 269 p. ISBN 9788520432600.

MATIAS, Marlene (Org.). Planejamento, organização e sustentabilidade em eventos culturais, sociais e esportivos. São Paulo: Manole, 2011. xxviii, 244 p. ISBN 9788520431092.

YEOMAN, Ian et al. Gestão de festivais e eventos: uma perspectiva internacional de artes e cultura. São Paulo: Roca, 2006. xxv, 445 p. ISBN 9788572416191

Referências complementares:

CESCA, Cleuza G. Gimenes. Organização de eventos: manual para planejamento e execução. São Paulo: Summus, 1997.

GIACAGLIA, Maria Cecília. **Eventos:** Como Criar, estruturar e captar recursos. São Paulo: Ed. Thomson, 2006.

MATTIAS, Marlene. **Organização de Eventos:** Procedimentos e Técnicas. São Paulo: Manole, 2002.

ANDRADE, Renato Brenol. Manual de eventos. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

BOAVENTURA, Edivaldo. Como ordenar idéias. São Paulo: Ática, 2007.

MELO, Francisco Paulo de Neto. **Criatividade em Eventos**. São Paulo: Contexto, 2001.

Pré-requisitos:

Planejamento e Gestão de Eventos 1.

Componente Curricular:	Carga horária:
Segurança em eventos	- 40 horas/aula: 28 horas/aula teóricas e 12
	horas/aula práticas.
	- 33 horas/relógio: 23 horas/relógio presenciais
	e 10 horas/relógio práticas.

Objetivo geral do componente curricular:

Compreender a correta aplicação dos fundamentos de segurança aplicados ao mercado de eventos e seus impactos, desde a preparação do Plano de Segurança de Eventos até o pós-evento, considerando as implicações legais para realização de uma segurança ideal para eventos.

Ementa:

Introdução à higiene, saúde e segurança do trabalho. A segurança nas etapas do evento: pré-evento, evento e pós-evento. Planejamento – Plano de segurança em eventos. Definição e gerenciamento de sistemas de segurança para eventos. Políticas de segurança em eventos. Análise de riscos. Gerenciamento de crises em eventos. Legislações, autorizações e licenças. Equipes de segurança. Contexto atual das produções dos eventos e a sua proteção – estudos de casos.

Referências básicas:

BARBOSA FILHO, Antonio Nunes. **Segurança do trabalho & gestão ambiental.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PÍPOLO, Igor de Mesquita; DSE; ASE. **Evento seguro:** orientações sobre segurança em eventos. Disponível em:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 16566:2016 -

Eventos — Sistemas de gestão de segurança — Requisitos.

Referências complementares:

FERNANDES, Almesinda Martins de O.; GUIMARÃES, Zileny da Silva. **Tecnologia de prevenção e primeiros socorros ao trabalhador acidentado.** 2. ed. Goiânia: AB, 2012. 198 p. (Saúde e segurança do trabalhador).

MATIAS, Marlene (Org.). **Planejamento, organização e sustentabilidade em eventos culturais, sociais e esportivos.** São Paulo: Manole, 2011. xxviii, 244 p. ISBN 9788520431092.

MATTOS, Ubirajara. MÁSCULO, Francisco (orgs). **Higiene e segurança do trabalho.** Rio de Janeiro: Elsevir/Abepro, 2011.

PEPPLOW, Luiz Amilton. Segurança no trabalho. Curitiba: Base Editorial, 2010.

ROMANO, F., VICO, R., DA SILVA, A., Uvinha, R. (2015). **Sports mega-events:** reflections about the legacies of Uefa Euro Cup/Megaeventos Esportivos: uma reflexão sobre os legados da Uefa Eurocopa. *Podium: Sport, Leisure and Tourism Review, 4*(3), 153-168.

Componente Curricular:	Carga horária:
Arte e Design aplicados à decoração de	- 40 horas/aula: 24 horas/aula teóricas e 16
Eventos	horas/aula práticas.
	- 33 horas/relógio: 20 horas/relógio presenciais
	e 13 horas/relógio práticas.

Objetivo geral do componente curricular:

Instrumentalizar as/os estudantes com conhecimentos e experiências práticas suficientes para que desenvolvam, de forma autônoma e criativa, propostas autorais de decoração e ambientação de eventos.

Ementa:

Teoria e psicologia da cor e teoria da Gestalt. Ambientação: iluminação e sonorização de eventos. Layout e organização de ambientes. Planejamento e execução de projetos de decoração em ambientes diversos. Técnicas de trabalho com diferentes materiais decorativos. Técnicas de decoração de ambientes com materiais alternativos e recicláveis. Decoração e sustentabilidade. Elementos das culturas Afro-brasileira e indígena na decoração de ambientes. Paisagismo e plantas ornamentais. Criatividade em eventos. Novas tecnologias e eventos. Cenografia e cenário aplicados a eventos.

Referências básicas: 3 obras disponíveis na biblioteca

GURGEL, Miriam. Projetando espaços: design de interiores. Senac, 2007.

MARTIN, Vanessa. Manual prático de eventos. Elsevier Brasil, 2014.

DE MELO NETO, Francisco Paulo. Criatividade em eventos. Editora Contexto, 2000.

Referências complementares: até 5 obras disponíveis na biblioteca/online

BRASIL. **Decreto nº 4.281/2002.** Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. DOU 26.6.2002.

MATIAS, Marlene (Ed.). **Planejamento, organização e sustentabilidade em eventos:** culturais, sociais e esportivos. Editora Manole, 2011.

PEDROSA, Israel. Da cor à cor inexistente. Senac, 2009.

REIS, Joel. **Sou produtor de eventos:** diário de bordo para o aperfeiçoamento profissional. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2013.

ANGELIS NETO, G.; ANGELIS, B. L. D. **Plantas ornamentais**: do paisagismo a outras aplicações. Ver. Bras. Hort. Ornam, v. 5, n. 1, p. 12-19, 1999.

Componente Curricular:	Carga horária:
Empreendedorismo	- 40 horas/aula: 28 horas/aula teóricas e 12
	horas/aula práticas.
	- 33 horas-relógio: 23 horas/relógio
	presenciais e 10 horas/relógio práticas.

Objetivo geral do componente curricular:

Apresentar conceitos e métodos gerais de organização para as relações comportamentais e de sistematização no desenvolvimento de novos negócios, capacitando os estudantes a compreender a importância do espírito empreendedor, seja com o desenvolvimento do próprio negócio, seja como colaborador de alguma organização, compreendendo as

dimensões presentes no planejamento e desenvolvimento de um empreendimento.

Ementa:

Conceitos de empreendedorismo. Autoconhecimento, capacidade de transformar ideias e projetos em realidade. Liderança, negociação e aprimoramento de fundamentos, conceitos e métodos gerais de organização para o desenvolvimento de novos negócios. Gestão de micro e pequenas empresas. O empreendedor que desenvolve o próprio negócio. Administração financeira aplicada a eventos; Noções básicas de planejamento financeiro; Instrumentos de planejamento e controle financeiro para os eventos. Modelo orçamentário aplicado a eventos.

Referências básicas:

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo:** dando asas ao espírito empreendedor. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 281 p.

GAUTHIER, Fernando Alvaro Ostuni; MACEDO, Marcelo; LABIAK JR., Silvestre. **Empreendedorismo.** Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2010. 120 p.

MATIAS, Marlene (Org.). **Planejamento, organização e sustentabilidade em eventos culturais, sociais e esportivos.** São Paulo: Manole, 2011. xxviii, 244 p..

Referências complementares:

DRUCKER, Peter Ferdinand. Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios. 5. Ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

GERBER, Michael E. **Empreender fazendo a diferença.** São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2004

DOLABELA, F. O segredo de Luísa. 30a ed. São Paulo: Editora de Cultura, 2006. 304 p.

MALLEN, Cheryl; LORNE, Adams James. **Gestão de eventos esportivos, recreativos e turísticos:** dimensões teóricas e práticas. São Paulo: Manole, 2013. xxiv, 269 p.

CHIAVENATO, Idalberto. **Os novos paradigmas**: como as mudanças estão mexendo com as empresas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 321 p.

Componente Curricular:	Carga horária:
Direito Aplicado a Eventos	- 40 horas/aula: 28 horas/aula teóricas e 12
	horas/aula práticas;
	- 33 horas/relógio: 23 horas/relógio presenciais
	e 10 horas/relógio práticas.
Objetivo geral do componente curricular:	

Capacitar o aluno a atuar na área de eventos de acordo com a legislação vigente, através do domínio de conhecimentos básicos sobre Direito, com uma visão geral a respeito dos princípios jurídicos que regem o sistema normativo brasileiro e da identificação da legislação aplicada às empresas organizadoras e ao profissional liberal da área de eventos.

Ementa:

Ética e Direitos Humanos. Direitos Básicos do Consumidor. Responsabilidade por vício na prestação de serviço. Responsabilidade por fato na prestação de serviço. Reparação por danos morais e materiais. Propaganda abusiva e enganosa. Práticas comerciais abusivas. Direito Civil: Como fazer um contrato de prestação de serviços, cláusulas importantes. Direito trabalhista: regras para trabalho eventual e temporário, modalidades mais utilizadas em eventos. Direito empresarial: empresário individual e microempreendedor individual, regras e vantagens. Direito Administrativo: Licitação para serviços de organização de eventos do setor público.

Referências básicas:

BENJAMIN, Antonio Herman V.; Marques, Cláudia Lima; Bessa, Leonardo Roscoe.

Manual de Direito do Consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MARQUES, Cláudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MOTTA, Carlos Pinto. **Eficácia nas licitações e contratos:** comentários, doutrina e jurisprudência.12. ed., rev. e atual. Belo Horizonte: Del Rey, 2011. xxxiii

Referências complementares:

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de Direito Civil**: volume III: responsabilidade civil. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Saraiva, 2004. GRINOVER, Ada Pellegrini et al. **Código brasileiro de defesa do consumidor: direito material** (arts. 1° a 80 e 105 a 108) : volume I . 10. ed. rev., atual. e reform. -. Rio de Janeiro: Forense, 2011. xlii,

MARTINS, Fran. Curso de direito comercial: empresa comercial, empresários individuais, microempresas, sociedades empresárias, fundo de comércio. 34.ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2011. xxvii,

NUNES, Rizzatto. Curso de direito do consumidor. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. Responsabilidade civil no Código do

Consumidor e a defesa do fornecedor. São Paulo: Saraiva, 2010.

Componente Curricular:	Carga horária:
Práticas Corporais de Lazer	- 40 horas/aula: 24 horas/aula teóricas e 16
	horas/aula práticas;

- 33 horas-relógio: 20 horas/relógio presenciais e 13 horas/relógio práticas.

Objetivo geral do componente curricular:

Compreender os fundamentos histórico-culturais do lazer e da recreação, permitindo o entendimento dos significados atribuídos a essas atividades na contemporaneidade para aplicação da criatividade e inovação na organização de eventos relacionados às práticas corporais de lazer.

Ementa:

Aborda necessidades e demandas relativas às práticas corporais relacionadas a eventos de lazer de pessoas, grupos e coletividades, nas suas dimensões biopsicossocioculturais. Planejamento e a coordenação de eventos e práticas recreativas em âmbitos vinculados ao lazer, com ênfase em experiências corporais lúdicas, em articulação com outras manifestações culturais. Processo de significação do espaço-tempo do lazer, na sua relação com as práticas corporais. Repertório de práticas de lazer e recreação aplicados a eventos de diversos tipos. Criatividade e inovação aplicados ao planejamento de eventos relacionados ao lazer.

Referências básicas:

DE MASI, Domenico. O ócio criativo . Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e Educação. Campinas, SP: Papirus, 2011.
Lazer e recreação: repertório de atividades por fases
da vida. São Paulo: Papirus, 2006.
SILVA, Tiago Aquino da Costa; GONÇALVES, Kaoê Giro Ferraz. Manual de lazer e
recreação: o mundo lúdico ao alcance de todos. São Paulo: Phorte, 2010.
Referências complementares:

MARCELLINO, Nelson Carvalho; PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães; ZINGONI, Patrícia. **Como fazer projetos de lazer:** elaboração, execução e avaliação. Campinas, SP: Papirus, 2014.

PINA, Luiz Wilson; RIBEIRO, Olívia C. F. Lazer e recreação na hotelaria. 2.ed. São Paulo, SP: Ed. SENAC São Paulo, 2012.

6.11 Estágio Curricular

6.11.1 Obrigatório

Não está previsto Estágio Obrigatório no projeto do curso.

6.11.2 Não obrigatório

Em conformidade com a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, o estágio será optativo.

6.12 Avaliação do processo de ensino e de aprendizagem

É uma etapa importante do processo ensino/aprendizagem e deverá estar fundamentada nos pressupostos de que a aprendizagem se dá continuamente.

A avaliação tem por finalidade mediar e colaborar com o processo ensinoaprendizagem, tanto individual quanto coletivamente, desenvolvendo estratégias educacionais que contribuam com a efetividade do direito a aprender (Artigo 177. Resolução nº 086, de 17 de outubro de 2017).

A avaliação deverá ser contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada, no processo ensino-aprendizagem, as funções diagnóstica, processual, formativa, somativa, emancipatória e participativa, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. (Artigo 178. Resolução nº 086, de 17 de outubro de 2017).

O professor poderá fazer uso de instrumentos de avaliação, tais como: prova escrita; trabalhos individuais e em grupos; apresentação de seminários; atividades práticas e/ou teórico-práticas; elaboração de relatórios; estudos de caso e situações-problema; participação e comprometimento durante as aulas; elaboração de projetos; atividades realizadas em visitas técnicas; dentre outros instrumentos.

Serão utilizados pelo docente de cada componente curricular pelo menos dois instrumentos avaliativos distintos, segundo Organização Didática, em sua versão atualizada.

Uma destas avaliações deverá estar relacionada a uma avaliação integrada entre os componentes curriculares do semestre vigente do curso, definido pelo Colegiado do Curso. Esta prática visa maior interlocução entre os componentes curriculares e possibilitará que os alunos sejam efetivamente instrumentalizados para tal prática.

O resultado da avaliação do desempenho do estudante em cada componente

curricular será expresso semestralmente através de notas, registradas de 0 (zero) a 10 (dez), tendo como nota mínima da média semestral (MS) para aprovação em cada componente curricular 7,0 (sete).

De acordo com a Organização Didática do IFRS, o estudante que não atingir média semestral igual ou superior a 7,0 (sete) ao final do período letivo, em determinado componente curricular, terá direito a exame final (EF). A média final (MF) será calculada a partir da nota obtida no exame final (EF) com peso 4 (quatro) e da nota obtida na média semestral (MS) com peso 6 (seis), conforme a equação abaixo:

$$MF = (EF^* 0.4) + (MS^* 0.6) \ge 5.0$$
.

O estudante deve obter média semestral (MS) mínima de 1,7 (um vírgula sete) para poder realizar exame final (EF). O exame final corresponde a uma avaliação dos conteúdos trabalhados no componente curricular durante o período letivo. A realização do exame final seguirá as diretrizes presentes na Organização Didática.

O processo de avaliação, quando em consonância com a concepção do curso, promove a adequação do programa de aprendizagem às aptidões do aluno propiciando o alcance aos objetivos propostos.

Segundo a Organização Didática do IFRS, a avaliação deverá ser contínua e cumulativa, tendo o caráter de orientação e reorientação, num processo coletivo onde o que está sendo avaliado é o processo ensino-aprendizagem, individual e coletivo, envolvendo estudantes e professores. O corpo docente do curso deve ter a consciência de que atingir o sucesso, neste caso, é atingir os objetivos não só do curso em questão, mas da Instituição como um todo, e respeitar suas diretrizes fundamentais: "a organização curricular do IFRS terá como diretriz a formação humana, ou seja, formar cidadãos/trabalhadores que compreendam a realidade e possam satisfazer as suas necessidades transformando a si e ao mundo" (IFRS, 2011, p.26).

O enfoque na avaliação dos aspectos qualitativos é mencionado na Organização Didática do IFRS e deve ser levado em consideração, valorizando, a orientação e a reorientação do processo ensino-aprendizagem, visando ao aprofundamento de saberes e ao desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos estudantes.

6.12.1 Da recuperação paralela

A Organização Didática do IFRS prevê o direito a recuperação paralela, dentro do mesmo trimestre/semestre. Estes estudos de recuperação, como um processo educativo, terão a finalidade de sanar as dificuldades do processo de ensino-aprendizagem e elevar o nível da aprendizagem e o respectivo resultado das avaliações dos alunos, oportunizando ao estudante recuperar qualitativa e quantitativamente os conteúdos e práticas. Os estudos de recuperação envolvem as seguintes etapas: readequação das estratégias de ensino-aprendizagem, construção individualizada de um plano estudos, esclarecimento de dúvidas e avaliação.

6.13 Critérios de aproveitamento de estudos e certificação de conhecimentos

No Curso Técnico em Eventos, o aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos adquiridos através de experiências vivenciadas previamente ao início do curso ocorrerão de acordo com o previsto na Organização Didática do IFRS, conforme segue:

- a) Aproveitamento de Estudos: Compreende a possibilidade de aproveitamento de componentes curriculares estudados em outro curso de educação profissional técnica no mesmo nível ou em outro mais elevado. O período de solicitação de Aproveitamento de Estudos é determinado no Calendário Acadêmico, não excedendo o período de um mês após o início das aulas do respectivo componente curricular. As solicitações de aproveitamento de estudos deverão ser protocoladas na Coordenadoria de Registros Acadêmicos do Campus, mediante requerimento, e encaminhadas à Coordenação de cada Curso. Cabe à Coordenação, encaminhar o pedido ao docente atuante no componente curricular, objeto de aproveitamento, que realizará a análise de equivalência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) de conteúdo e carga horária e emitirá parecer conclusivo sobre o pleito. A Coordenação do Curso deverá encaminhar o resultado do processo à Coordenadoria de Registros Acadêmicos ou equivalente, cabendo ao estudante informar-se sobre o deferimento.
- b) Certificação de Conhecimentos: Compreende conhecimentos adquiridos através de experiências previamente vivenciadas, inclusive fora do ambiente escolar, com o fim de alcançar a dispensa de um ou mais componentes curriculares da matriz do curso. O período de solicitação de certificação de Conhecimentos é determinado no Calendário Acadêmico. As solicitações deverão ser protocoladas na Coordenadoria de Registros Acadêmicos do *Campus*, via requerimento, e encaminhadas à Coordenação de Curso.

Não serão atendidos pedidos de estudantes que cursaram os componentes curriculares e não obtiveram aprovação. A certificação de conhecimentos dar-se-á mediante a aplicação de instrumento de avaliação realizada por um professor da área, ao qual caberá emitir parecer conclusivo sobre o pleito.

6.14 Metodologias de Ensino

A prática educativa do Curso Técnico em Eventos Subsequente ao Ensino Médio privilegia a relação com o mundo do trabalho e suas tecnologias priorizando conhecimentos articulados entre teorias e práticas. Pensando nas situações existenciais de um estudante noturno, geralmente já inserido no mundo do trabalho, a didática precisa refletir o respeito à singularidade discente e contribuir para que possam transformar suas vidas enquanto trabalhadores.

Cabe, assim, ao grupo de profissionais que seleciona conteúdos e que dá suporte ao ensino, o comprometimento para com a oferta de atividades pedagógicas que interessem os estudantes, chamando-os para o processo educativo atual, despertando nestes e nas comunidades de origem, o gosto pelo aprendizado contínuo.

Em consonância com os princípios até então apresentados, mencionamos a Instrução Normativa Proen 001/2015, que normatiza as diretrizes gerais do Capítulo II, Título I, da Organização Didática do IFRS e estabelece orientações para a metodologia de ensino no âmbito dos Cursos do IFRS. Esta prevê o que segue:

Art. 3º. No âmbito das metodologias de ensino, levadas a efeito em sala de aula, no fazer cotidiano dos processos de ensino e aprendizagem, a prática educativa deve ser orientada por uma didática ativa, em que o estudante seja desafiado à resolução de problemas práticos, consoante às áreas de conhecimento em que se inscrevem os cursos do IFRS, em seus diferentes níveis e modalidades, privilegiando a relação com o mundo do trabalho e suas tecnologias, de modo pertinente aos conteúdos dispostos na ementa dos componentes curriculares, constantes nas matrizes dos projetos pedagógicos de curso (PPC).

Essa passagem ratifica a importância e comprometimento das práticas educativas desenvolvidas na Instituição, quando se almeja valorizar os conhecimentos inerentes aos estudantes trabalhadores, em meio a um processo formativo significativo e emancipador, como é no caso do referido curso.

A presente proposta somente será possível se os saberes que já foram construídos pelos 'estudantes trabalhadores' forem respeitados e contemplados em sala de aula. Não é possível entender a educação institucionalizada para o jovem ou adulto trabalhador se

não como um momento de reflexão de suas práticas, de re(visão) de tecnologias e de aperfeiçoamento para novos desafios. Dessa maneira, a compreensão dialética do processo de ensino (VASCONCELLOS, 1992), é a que passa a orientar a metodologia e a escolha de instrumentos para problematizar e produzir conhecimentos, citam-se: aulas expositivas e dialogadas, portfólios, trabalhos individuais, em grupos, visitas técnicas, organização e participação em eventos, pesquisas, apresentações de trabalhos, possibilidade ou não de realização de estágios na área, etc.

Conforme é possível concluir da reflexão de Anastasiou (2005) sobre a abordagem dialética de Vasconcellos (1992) em relação à escolhas metodológicas, essa postura acadêmica é adequada pois orienta com clareza o processo educativo a ser efetivado, no qual aquilo que o estudante traz na bagagem pode ser entendido como síncrese (senso comum/ ações não discutidas); os instrumentos para a aprendizagem, como ações para a problematização (análise) e a sistematização disso, como o momento de (re)elaboração (síntese) do conhecimento. Salientando-se, conforme Anastasiou (2005, p. 74), que:

o ponto de partida é a prática social do aluno, a qual, uma vez considerada, tornase elemento de mobilização para a construção do conhecimento. Tendo o pensamento mobilizado, o processo de construção do conhecimento já se iniciou. Também é preciso estar atento para que a elaboração da síntese do conhecimento, momento destacado na metodologia dialética. não fique desconsiderada. Ela possibilita a volta à prática social já reelaborada. uma vez que o aluno construiu, no pensamento e pelo pensamento, a evolução do objeto de estudo pretendido.

Desse modo, respeitadas as dimensões do conhecimento, a metodologia dialética se materializa nas mais diversas práticas pedagógicas, do contrário, não será possível garantir a plenitude de um processo educativo singular e respeitoso ao estudante trabalhador, ao cursista noturno de um Técnico Subsequente ao Ensino Médio.

Ainda, ao abordar sobre as metodologias de ensino na realização do curso, é importante salientar que, a construção do conhecimento e da prática profissional, enquanto elementos fundantes do processo ensino-aprendizagem, constituem-se nos sujeitos da aprendizagem de forma individual. Afinal, os estudantes – em suas características e constituição social – são diferentes em seu modo de ser e também de aprender. Dessa forma, é necessário considerar que, partindo das especificidades dos estudantes, caso seja apresentada ou percebida alguma necessidade educacional específica, as práticas educativas, inclusive as metodologias de ensino, orientar-se-ão pela Instrução Normativa PROEN Nº 12, de 21 de dezembro de 2018, visando implementar, quando necessário, o Plano Educacional Individualizado (PEI).

6.15 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão

A indissociação entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades brasileiras está estabelecida na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 207. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, entretanto, dá uma nova configuração para a tríade ensino, pesquisa e extensão, fazendo com que esta tríade passe a fazer parte também da educação básica.

Com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em 2008, que preveem em sua lei de criação (Lei n. 11.892) ofertar 50% de suas vagas à educação básica e também a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, buscar mecanismos para atender a tríade tornou-se elemento essencial na criação de cursos na educação básica.

Nesse sentido, para construção do conhecimento e a indissociação desta tríade, busca-se nas contribuições de Freire em "Pedagogia da Autonomia" (2011) e "Extensão ou Comunicação" (1983) e em Demo "Pesquisa: princípio científico e educativo" (2011), bases teóricas que fundamentam e justificam a indissociabilidade no projeto do Curso Técnico Subsequente em Eventos.

Em Freire (2011, p. 22) encontra-se que "[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção". No mesmo sentido Demo (2011) afirma que,

pesquisar é processo que deve aparecer em todo trajeto educativo, como princípio educativo que é, na base de qualquer proposta emancipatória. Se educar é sobretudo motivar a criatividade do próprio educando, para que surja o novo mestre, jamais o discípulo, a atitude de pesquisa é parte intrínseca. Pesquisar toma aí contornos muito próprios e desafiadores, a começar pelo reconhecimento de que o melhor saber é aquele que sabe superar-se. O caminho emancipatório não pode vir de fora, imposto ou doado, mas será conquista de dentro, construção própria [...]. (DEMO, 2011, p. 16-17).

Martins (2008, p. 5, grifos do autor) diz que o ensino e a pesquisa, são processos dinâmicos que se retroalimentam, pois,

[...] processos de transmissão e apropriação do saber historicamente sistematizado, a pressupor o ensino; processos de construção do saber, a pressupor a pesquisa e os processos de objetivação ou materialização desses conhecimentos, a pressupor a intervenção sobre a realidade e, que por sua vez, retornam numa dinâmica de retroalimentação do ensino e da pesquisa.

Por meio desses pressupostos é possível perceber que o desafio de educar pela

pesquisa é estabelecer uma relação do estudante com produto da ciência, em razão da pesquisa estabelecer relação com o seu desenvolvimento, "[...] instrumentalizando-o para (re) construir conhecimentos, no processo de pesquisa, elaboração própria e atuação profissional." (PROCHNOW, 2016, p.60).

Quanto à extensão, Paulo Freire (1983) a defende como uma situação educativa, em que os envolvidos (estudantes e professores) assumem o papel de sujeitos cognoscentes, mediados pelo objeto que desejam conhecer, portanto, a retroalimentação entre ensino e pesquisa.

Esta proposta supõe que no processo de formação educativa a postura da dialogicidade do aprender pela pesquisa (sempre um fenômeno político que dialoga criticamente com a realidade) aconteça por meio de um projeto contínuo rumo à emancipação social.

Ao exposto, o Curso Técnico Subsequente em Eventos prevê a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão por meio das práticas educativas previstas nos componentes curriculares que tratam das práticas profissionais e dos projetos integradores.

Desde 2018 é desenvolvido um projeto de pesquisa intitulado "Análise do mercado de eventos do Litoral Norte Gaúcho: o mapeamento dos espaços e das empresas organizadoras de evento"s. Além disso, o projeto de ensino "Laboratório de Turismo e Hospitalidade" também está em sua segunda edição.

6.16 Educação a Distância

Entende-se por Educação a Distância (EaD), para fins institucionais, os processos de ensino e aprendizagem mediados por tecnologia, nos formatos a distância, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão. Nos cursos presenciais, há possibilidade legal de uma oferta de até 20% da carga horária do curso a Distância, esta oferta apresenta novas possibilidades educacionais, que se originam da aplicação de recursos para gerenciamento de conteúdo e processos de ensino-aprendizagem em educação a distância, e também do uso de TICs na perspectiva de agregar valor a processos de educação presencial.

A utilização da carga horária a distância foi motivada pela flexibilização de horários e local de estudo, pela possibilidade de adoção de abordagens pedagógicas modernas de ensino, dar autonomia para os discentes no processo de ensino e aprendizagem e, a possibilidade de reunir o melhor da aprendizagem on-line baseado em tecnologia e o

melhor do ensino presencial para que efetivamente proporcione resultados na aprendizagem.

Para preparar os alunos para educação a distância será ofertado o componente curricular "Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC'S) em Eventos". Esse componente tem por objetivo ambientar o aluno a utilizar o Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) Moodle, apresentar abordagens pedagógicas a fim de estimular a autonomia na aprendizagem, ainda abordar a legislação e questões éticas que tangenciam a EaD, bem como, introduzir os fundamentos da administração.

6.16.1 Atividades de Tutoria

Os tutores têm um papel importante ao realizar o contato direto com os estudantes na realização de atividades EaD. Como principais atribuições, destacam-se: esclarecer as dúvidas dos estudantes através do Moodle; verificar e avaliar as atividades realizadas pelos estudantes e fornecer feedback; estimular a participação colaborativa, incentivando os estudantes a responder dúvidas dos colegas, quando houverem; e enviar mensagens individuais aos estudantes que não se mostrarem ativos no curso. No curso Técnico em Eventos, as atividades de tutoria serão realizadas pelo próprio docente da disciplina. A inclusão da carga horária a distância nos componentes curriculares permite a adoção de diferentes abordagens pedagógicas. É possível utilizar a sala de aula invertida, onde o aluno se apropria dos conceitos nos momentos a distância e depois, nos momentos presenciais, são realizadas atividades de compartilhamento, reflexão e discussão. Também, é possível utilizar uma abordagem mais aproximada da sala de aula tradicional, onde o professor apresenta os conceitos norteadores do conteúdo em momentos presenciais e realiza atividades a distância para expandir as discussões realizadas em sala de aula através de atividades assíncronas como fóruns e atividades síncronas como bate-papo.

O acompanhamento dos discentes no processo formativo, a avaliação periódica pelos estudantes e equipe pedagógica se dá a partir de avaliações internas realizadas pela CPA (Comissão Própria de Avaliação), a partir dos resultados destas avaliações, ações corretivas e de aperfeiçoamento para o planejamento de atividades futuras serão realizadas pelo Colegiado de Curso e, no caso de necessidade de atualização curricular, pelo Núcleo Docente Estruturante. A coordenação do curso e o Núcleo de Educação a Distância (NEaD) promoverão capacitações contínuas dos docentes que realizarão

atividades de tutoria. Estas capacitações têm como objetivo estimular a adoção de práticas criativas e inovadoras para maximizar o aproveitamento de estudos para a permanência e êxito dos discentes. As demandas comunicacionais e tecnologias adotadas no curso devem ser descritas pelo Colegiado do Curso. Ocasionalmente, a coordenação do curso deverá verificar junto aos docentes/tutores a necessidade de capacitação em alguma área para viabilizar o bom andamento dos trabalhos. O curso deve contar com o apoio institucional para adoção de práticas criativas e inovadoras que visem a permanência e êxito dos discentes.

6.16.2 Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem

O Campus conta com AVEA Moodle, para disponibilização de material de aula e para suporte em disciplinas semipresenciais. Ainda sobre aulas, é importante destacar que uma das principais características do Moodle é o estímulo a conteúdos multimídia, já que disponibiliza diversos recursos como fóruns, enquetes, chats, glossários, diários, áudios, vídeos, questionários, editores de HTML, blogs, calendários, entre outros. É importante salientar que as TICs representam ainda um avanço na educação a distância, com a criação de ambientes virtuais de aprendizagem, os alunos têm a possibilidade de se relacionar, trocando informações e experiências. O AVEA Moodle também permite desenvolver a cooperação entre tutores, discentes e docentes e a reflexão sobre o conteúdo dos componentes curriculares.

Nesta perspectiva, os professores têm a possibilidade de realizar trabalhos em grupos, debates, fóruns, dentre outras formas de tornar a aprendizagem mais significativa. A tecnologia é uma realidade que traz inúmeros benefícios e é de suma importância no curso, quando incorporada ao processo de ensino-aprendizagem, proporciona novas formas de ensinar e, principalmente, de aprender, em um momento no qual a cultura e os valores da sociedade estão mudando, exigindo novas formas de acesso ao conhecimento e cidadãos críticos, criativos, competentes e dinâmicos.

O AVEA Moodle também considera a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional. E cabe aos docentes, a realização de avaliações periódicas, devidamente documentadas, para ações de melhoria contínua.

6.16.3 Material Didático

Os materiais didáticos são recursos e atividades, físicos ou digitais, utilizados para apoio ao ensino relacionado ao desenvolvimento do curso. O material didático pode ser produzido pelo próprio docente do componente curricular, estes materiais podem ser por exemplo, vídeos, apostilas, exercícios, etc. Outra opção é utilizar materiais já consolidados pelos especialistas e, neste caso, caberá aos docentes o papel de curadoria. Para esta atividade será priorizado o uso de repositórios da rede federal.

Para apoiar a produção de materiais, o IFRS disponibiliza um estúdio itinerante com equipamentos de gravação audiovisual, que pode ser solicitado por todos os Campi. A distribuição dos materiais didáticos é de responsabilidade do próprio docente do componente curricular, e deve ser disponibilizado via Moodle no início do semestre letivo.

Além disso, o docente deve orientar o aluno para a realização das atividades EaD, definindo claramente seus objetivos, metodologias, prazos e formas de entrega. Esta orientação pode ser realizada oralmente em momento presencial, ou via Moodle.

A formação proposta no PPC do curso é desenvolvida seguindo os conteúdos previstos na ementa de cada componente curricular. Nesse sentido, os materiais didáticos visam atender a coerência teórica e o aprofundamento necessários para a construção do conhecimento contemplando os objetivos previstos no plano de ensino. O material didático, bem como as metodologias de ensino e a linguagem serão desenvolvidos de modo a atender as necessidades específicas de cada estudante, considerando-se, inclusive, os possíveis casos de inclusão. A produção de material didático deve levar em conta as necessidades específicas dos alunos matriculados no componente curricular, de forma a garantir a acessibilidade metodológica, instrumental utilizando linguagem inclusiva e acessível. Por exemplo, no caso de algum aluno possuir deficiência visual, o material deve ser acessível via software de leitura de tela. No caso da turma ter algum aluno com deficiência auditiva, os vídeos disponibilizados deverão possuir legenda. Com relação aos recursos didáticos, serão utilizados aqueles disponíveis no Moodle, bem como os professores tutores buscarão criar outros próprios, a partir de capacitações realizadas, de modo a incluir o uso de recursos inovadores para o acompanhamento.

6.16.4 Avaliação do Processo Ensino e Aprendizagem

Nos componentes curriculares oferecidos na modalidade de educação a distância, a avaliação dos estudantes será auferida a partir do acompanhamento docente da efetividade na realização das atividades pedagógicas propostas.

Os componentes curriculares com carga-horária a distância, devem ter, pelo menos, uma avaliação presencial, e as atividades avaliativas aplicadas a distância não podem superar 50% da média.

6.16.5 Equipe Multidisciplinar: Coordenadoria de Educação a Distância (CEaD) e Núcleo de Educação a Distância (NEaD)

O NEaD é uma unidade vinculada à Direção de Ensino do *Campus*, com competência para implementar políticas e diretrizes para a EaD, estabelecidas no âmbito da instituição. O NEaD tem como objetivos: congregar profissionais de diferentes áreas do conhecimento, estudos e pesquisas em EaD, proporcionando o desenvolvimento contínuo num processo de construção coletiva, crítica e interdisciplinar; produzir conhecimento sobre Educação a Distância e o uso das TICs nos processos educativos; levantar e mapear demandas de Educação a Distância por áreas de conhecimento no âmbito de atuação do Instituto; Planejar, desenvolver e avaliar cursos de educação a distância a partir de demandas localizadas; Promover a democratização do acesso à Educação via Educação a Distância e uso de TICs; capacitar os professores, os tutores e os alunos do *Campus* no manuseio das ferramentas mais usadas no Ensino a Distância.

O NEaD, desta forma, articula ações que capacitam aos professores do *Campus* ministrarem componentes curriculares à distância no curso. O NEaD também oferece suporte e apoio aos discentes desse curso no uso do AVEA Moodle.

O NEaD produz o plano de ação de forma documentada que é implementado anualmente, a fim de garantir que os processos de trabalhos sejam formalizados e executados.

Atualmente, a equipe multidisciplinar é composta pelos seguintes membros:

Servidor	Formação	Vínculo	Atuação	Experiência ou Formação em EaD
				* Realizou tutoria a distância no curso de
				Letras – UFSM, Bolsista
				UAB, 20h semanais,
				período: fevereiro a
Patrícia Prochnow	Graduação em	Dedicação	Professora e	junho de 2008.
	Informática	Exclusiva	Responsável	* Realizou tutoria a
	Mestre em		pelo NEAD	distância no curso de

	Educação			Física – UFSM, Bolsista
				UAB, 20h semanais,
				período: agosto de 2008
				a janeiro de 2009.
				* Foi Professor Tutor no
				curso de Geografia –
				UFSM, Bolsista
				UAB/Prolic, 20h
				semanais, período:
				julho/2009 e
				outubro/2009.
				*Foi coordenadora de
				curso, no curso Técnico
				em Guia de Turismo –
				IFRS, Bolsista e-Tec,
				20h semanais, período:
				07/2014 a 09/2017.
				* Realizou o curso de
				Produção de Conteúdos
				para EaD, IDI, 80h,
				2019.
				* Realizou o curso de
				Desenho Instrucional,
				IDI, 80h, 2019.
				Total > 150h
				10tal > 13011
				Atuou como professor
				pesquisador na
				disciplina "Robótica -
				30h", no curso Técnico
	Bacharelado em			em Manutenção em
Lucas Vaz Pires	Ciência da	Técnico em	Membro do	Informática- IFFAR
	Computação	Tecnologia da	NEAD	Rede e-Tec Brasil em
	. ,	Informação		2016
		,		Total = 30 horas
				*Está realizando
				formação para
				complementar as 150
				horas restantes
				conforme exigência do
				- ss sagsalad do

Experiência Docente e de Tutoria na EaD

Ana Lúcia Olegario Saraiva	Bacharel em Turismo Mestre em	Exclusiva	Professor e tutor	Está realizando formação para complementar as 150
	Turismo e			horas conforme
	Hotelaria Doutora em			exigência do IFRS.
	Turismo e			
	Hotelaria			

Considerando a experiência dos servidores, os mesmos se habilitam para identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de discentes com dificuldades, realizar avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente, o exercício da liderança e reconhecimento da sua produção.

Para atuar na Educação a Distância, os servidores devem atender as legislações e normativas vigentes, incluindo o Programa de Capacitação para atuação na Educação a Distância. Além disso, o IFRS oferece periodicamente diversos cursos através do CEaD e NEaD. Além disso, os docentes participam de formação pedagógica no próprio Campus. Estes cursos e formações visam habilitar o docente para identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de discentes com dificuldades, realizar avaliação diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente, o exercício da liderança e reconhecimento da sua produção. Com relação aos alunos com necessidades específicas, há a atuação do NAPNE com o objetivo de orientar os docentes para promoção das adaptações necessárias.

6.16.6 Interação entre coordenador de curso, docentes e tutores (presenciais e a distância)

No início de cada semestre, ocorre uma reunião com os docentes que atuam no

curso no período letivo vigente. Dentre os assuntos tratados nesta reunião, quando houver disciplinas com carga-horária EaD, haverá uma articulação com relação a metodologias, linguagens e adaptações a serem utilizadas no ensino a distância. Os problemas identificados pela CPA com relação a interação entre docentes, tutores, coordenador e discentes serão tratados pelo colegiado de curso. Desta forma, ocorre a interação entre tutores, docentes e coordenação de curso. Como resultado, há o planejamento documentado da interação para encaminhamento das questões do curso e realização de avaliações periódicas para identificação de problemas ou aprimoramento da interação entre os sujeitos.

6.16.7 Infraestrutura

O Campus dispõe de diversos laboratórios de informática e um laboratório para a EaD. O Laboratório de EaD é um ambiente amplo que conta com quadro branco, rede de internet, bancadas e computadores com diversos softwares instalados. O espaço é utilizado para o desenvolvimento de atividades EaD. Além deste laboratório, o Campus possui outros 05 laboratórios de informática que podem ser reservados eventualmente. Além disso, aluno tem acesso a 06 computadores com Internet e ambiente de estudos na biblioteca. Os computadores disponibilizados na biblioteca possuem os mesmos softwares dos laboratórios de informática. Dentro do Campus, há disponibilidade de Internet sem fio para os alunos, possibilitando que eles tenham acesso ao Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem, aos sistemas acadêmicos e ao portal de periódicos da Capes, onde os alunos têm acesso as principais produções científicas nacionais e internacionais.

6.17 Acompanhamento pedagógico

O acompanhamento pedagógico objetiva mediar o processo ensino-aprendizagem, buscando possibilitar reflexões coletivas e individuais com os sujeitos envolvidos, docentes e discentes, participando de propostas que visem a aprendizagem considerando o desenvolvimento do estudante, da competência profissional e das relações interpessoais em sua trajetória no curso técnico.

As reflexões coletivas ocorrem por meio de reuniões de Colegiado de Curso, que constituem-se no processo de análise e reflexão sobre o andamento do curso, visando ao aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem. O Colegiado é composto pelo

coordenador do curso; pelos professores em efetivo exercício que compõem a estrutura curricular do curso; no mínimo, um técnico-administrativo do Setor de Ensino do *Campus* e pelo menos um representante do corpo discente do curso.

Especificamente no que consiste ao acompanhamento do(a) estudante, são realizadas ações que propiciem conduzi-lo(a) a reavaliar sua postura diante dos conhecimentos (re)construídos e da tomada de decisão, oportunizando o desenvolvimento de sua autonomia e a gestão do seu processo de aprendizagem de forma significativa e comprometida.

Para atender a estas especificidades, o *Campus* disponibiliza atendimento aos estudantes e professores, contando com uma equipe de profissionais (entre o Setor Pedagógico e a Assistência Estudantil) que envolve duas Pedagogas, três Técnicos em Assuntos Educacionais, uma Psicóloga, uma Assistente Social, uma Intérprete de Libras e cinco Assistentes de Alunos.

A atuação destes profissionais também tem como diretriz um trabalho articulado com os Núcleos de Ações Afirmativas - Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e Núcleo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Sexualidade (NEPGS) - no processo de acompanhamento pedagógico, buscando oferecer as condições necessárias para sua permanência e êxito, em diferentes aspectos. Pois, em muitas situações, o desempenho satisfatório dos educandos exige concepções e práticas que vão além das questões relacionadas ao Ensino. As atividades desse apoio correspondem a ações de natureza interdisciplinar que reconheçam as diferentes formas de aprender e favoreçam o processo de aprendizagem, integrando ensino, pesquisa e extensão.

6.17.1 Ações de Inclusão e Permanência

Em consonância com a legislação vigente, relacionadas ao ensino em perspectiva inclusiva, cabe às instituições assegurar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação igualdade de condições para a aprendizagem através de adaptações curriculares, a fim de favorecer o desenvolvimento do estudante de forma que suas necessidades possam ser atendidas.

Nesse sentido, é necessário realizar adequações pedagógicas e de acessibilidade, adaptando currículos, métodos, técnicas, recursos educativos, avaliações, bem como os Projetos Pedagógicos dos Cursos ou os Planos de Ensino dos Professores, criando

estratégias que reforcem suas potencialidades e não suas limitações. Para isso, é imprescindível que a instituição atue a partir de concepções que reconheçam e valorizem as diferenças. Para qualificar este atendimento, o *Campus* conta com o órgão responsável pela coordenação das atividades ligadas à inclusão, conforme indicado nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional (artigo 59 da Lei nº 9394 / 1996).

6.17.2 A Política de Assistência Estudantil

O Curso Técnico em Eventos Subsequente ao Ensino Médio conta com diversas ações que objetivam garantir a permanência dos alunos na instituição. O IFRS possui uma proposta de Política de Assistência Estudantil, orientada pelo Decreto nº 7.234/10 - Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) - que visa prioritariamente à permanência de estudantes oriundos de escolas públicas e em vulnerabilidade socioeconômica. Entre seus objetivos, estão contribuir para a igualdade de oportunidades entre os estudantes e reduzir os índices de evasão escolar. Atualmente, no IFRS, cada um dos Campi possui equipe de assistência estudantil, a qual é vinculada à Pró-Reitora de Ensino. Conforme a Resolução n.º 086, de 03 de dezembro de 2013 do IFRS:

A Política de Assistência Estudantil – PAE – do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS – é o conjunto de princípios e diretrizes que estabelecem a organização, as competências e o modo de funcionamento dos diferentes órgãos da Assistência Estudantil para a implantação de ações que promovam o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes em consonância com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Decreto no 7234/2010), com o Projeto Pedagógico Institucional e com o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRS.

A Assistência Estudantil é formada por servidores que colaboram no atendimento às necessidades dos educandos em diferentes âmbitos: cognitivo, psicológico e social. Entre as ações desenvolvidas pela Assistência Estudantil, definidas na Resolução n.º83/2013, estão as seguintes: publicar editais de circulação interna para concessão de benefícios sociais e efetuar processos de inscrição, seleção e acompanhamento dos beneficiários; pesquisar e difundir os dados sobre o diagnóstico sociodemográfico do seu *Campus*, com a finalidade de estabelecer estratégias para minimizar a evasão e a retenção dos estudantes; promover ações sociais, pedagógicas e de saúde, que contribuam para permanência discente e para melhoria de sua qualidade de vida.

6.18 Articulação com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades

Educacionais Específicas (NAPNE), Núcleo de Estudos Afro-açorianos e Indígenas (NEABI) e Núcleo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Sexualidade (NEPGES).

O Campus conta com três núcleos de ações afirmativas: NAPNE, NEABI e NEPGS, os quais têm por função fomentar as discussões sobre as relações sociais que geram exclusão e subsidiar a comunidade acadêmica interna e externa com informações e ações que fortaleçam o compromisso institucional como escola inclusiva, que promove a cultura da educação para a convivência, aceitação e respeito à diversidade.

Dessa maneira, os núcleos podem realizar e/ou qualificar ações de ensino, pesquisa e extensão que abarquem essas três categorias sociais da exclusão (deficiência, raça, gênero), bem como os seus atravessamentos de classe e de crenças.

6.18.1 NAPNE: Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Osório, atendendo ao capítulo V, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, que trata da Educação Especial, institucionalizou, ao longo de 2010, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE.

O Núcleo tem por finalidades incentivar, mediar e facilitar os processos de inclusão educacional e profissionalizante de pessoas com necessidades educacionais específicas na instituição, em consonância com as Políticas Nacionais de Educação Inclusiva, contribuindo na execução da Política de Ações Afirmativas do IFRS, tendo em vista o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes, assim como sua formação cidadã. Incentivar a cultura da educação para a convivência, aceitação e respeito à diversidade, buscando a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais, comunicacionais e atitudinais, promovendo capacitações relacionadas a estas temáticas.

O NAPNE do Campus Osório tem promovido os processos de inclusão por meio da execução de projetos, cursos e ações que visam estimular o debate, a reflexão e vivências sobre a diversidade, as características específicas de diversos grupos e as barreiras que cotidianamente necessitam ser transpostas por estes sujeitos. Além disso, acompanha o ingresso, contribuindo para viabilizar as condições de desenvolvimento e aprendizagem exitosa de estudantes com necessidades educacionais específicas,

atuando conjuntamente com o ensino, bem como atuando em busca de um campus com melhor acessibilidade.

Em relação aos materiais disponíveis, o NAPNE conta com:

- 20 regletes de mesa;
- 20 punções;
- 2 planos inclinados;
- 1 alfabeto móvel e sílabas;
- 1 memória tátil;
- 1 kit de tesouras (com 3 adaptadas);
- 1 teclado colmeia; 2 mouses adaptados;
- 1 notebook; aplicativos Dos Vox e NVDA (leitores de tela);
- tablet com Prodeaf (aplicativo que reproduz sinais em Língua Brasileira de Sinais);
 - scanner de voz; mesas adaptadas para cadeirante;
 - 2 cadeiras de rodas (uma para obesos);
 - 2 andadores;
 - 1 régua de ampliação.

Ao NAPNE compete:

□ Implantar estratégias de inclusão, permanência e saída exitosa para o mundo do
trabalho de Pessoas com Necessidades Especiais (PNEs);
□ Articular os diversos setores da Instituição nas atividades relativas à inclusão
definindo prioridades;
□ Buscar parcerias com entidades de atendimento de PNEs;
□ Incentivar e/ou realizar pesquisa e inovação no que tange à inclusão de PNEs;
□ Promover quebra de barreiras arquitetônicas e de comunicação no Campus;
□ Promover a instrumentalização dos servidores do Campus – quebra de barreiras
atitudinais;
□ Divulgar as informações da Ação TECNEP (Tecnologia, Educação, Cidadania e

Profissionalização para Pessoas com Necessidades Especiais) da Secretaria de

6.18.2 NEABI - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas

Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação.

Foi criado no IFRS – Campus Osório em 11 de novembro de 2011. O núcleo tem desenvolvido ações afirmativas no Campus com parceiros de diversas comunidades quilombolas e indígenas na região do Litoral Norte.

Seus principais objetivos são:

- oportunizar encontros de reflexão e capacitação de servidores para o conhecimento e a valorização da história dos povos africanos, das culturas afro-brasileira e indígena e da diversidade na construção histórica e cultural do país;
 - promover atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão relacionadas à temática;
- estimular ações que levem a conhecer o perfil da comunidade interna e externa do Campus nos aspectos étnico-raciais;
- auxiliar na implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que visam à inclusão no Currículo Oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade do tema, por determinação do MEC;
- desenvolver outras ações afirmativas no Campus e com demais parceiros: Quilombo Morro Alto, Aldeia Mbya Guarani – Sol Nascente.

6.18.3 NEPGS: Núcleo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Sexualidade

O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade do IFRS – Campus Osório, tem por objetivo desenvolver e fomentar ações, estudos e pesquisas nas seguintes áreas: identidade de gênero e identidade sexual; corporeidade e saúde; o papel da mulher na sociedade; feminismo e movimentos LGBT.

O compromisso fundamental é construir um espaço de discussão no qual se possa pensar e produzir conhecimento acerca dos desafios e problemas sociais vinculados às questões de Gênero e Sexualidade. Também, realizar investigação e produção científica sobre a problemática que envolve os estudos de Gênero, desenvolvendo ações e estudos nos âmbitos locais e globais sobre a importância da temática na instituição e na sociedade. A motivação para as ações NEPGS é promover e difundir uma sociedade mais justa, igualitária, que respeite a diversidade sexual e de Gênero.

Ao NEPGS compete:

	□ Políticas,	Programas,	Ações	e/ou	Atividades	que	envolvam	as	temáticas
relacionad	das a Corpo,	Gênero, Sexu	ualidade	e Div	ersidade no	o Car	npus;		

□ Assessoramento e consultoria à Coordenadoria de Assistência Estudantil do

Campus, em situações ou casos que envolvam essas temáticas;
□ Estudo e produção científica sobre as temáticas do Núcleo a fim de contribuir
para este campo de conhecimento e para os currículos dos cursos ofertados;
□ Auxílio na elaboração da normativa que possibilita a utilização do nome
social por alunos e servidores, em todos os atos e procedimentos desenvolvidos no IFRS;
□ Articular os diversos setores da Instituição nas atividades relativas às
temáticas de atuação dos NEPGSs, definindo prioridades de ações, aquisição de
equipamentos, materiais didático-pedagógicos a serem utilizados nas práticas educativas
e ações de ensino, pesquisa e extensão;
□ Participar das políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão para compor
o planejamento da Instituição no que se refere ao atendimento, aconselhamento e
acompanhamento de pessoas que em função de gênero e/ou sexualidade que se
encontram em vulnerabilidade social, cultural e/ou educacional;
□ Discutir a importância dos movimentos sociais na luta contra as
desigualdades sociais, com ênfase nas desigualdades de gênero;
☐ Conhecer e debater junto à comunidade escolar e local sobre as Leis que
tratam da união civil de pessoas de mesmo sexo, cirurgias de redesignação sexual e
alterações no nome de travestis, transexuais e transgêneros;
□ Fomentar discussões sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis, sintomas
e tratamentos, em parceria com Secretarias Municipais de Saúde e órgãos afins;
□ Opinar sobre questões pertinentes que lhe forem encaminhadas, e que
envolvam a temática de estudo e pesquisa do núcleo.

6.19 Colegiado do Curso

O Colegiado do curso é um órgão normativo e consultivo que tem por finalidade acompanhar a implementação do projeto pedagógico, avaliar alterações dos currículos plenos, discutir temas ligados ao curso, planejar e avaliar as atividades acadêmicas do curso, observando-se as políticas e normas do IFRS.

O colegiado do Curso Técnico em Eventos é constituído pela coordenação do curso; por todos os professores em efetivo exercício que compõem a estrutura curricular do curso; por um representante do corpo discente do Curso, eleito pelos pares; e por no mínimo um representante técnico-administrativo do Setor de Ensino do *Campus*, também eleito pelos pares. Assim, este órgão caracteriza-se por incorporar à sua constituição

membros dos diferentes segmentos presentes no *Campus*, inclusive dos tutores e equipe multidisciplinar.

Destaca-se, ainda, como prerrogativa, conforme prevê a Organização Didática do IFRS, que "as reuniões de Colegiado de Curso constituem-se no processo de análise e reflexão sobre o andamento do curso, visando ao aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem, envolvendo o Setor de Ensino" (Artigo 57. Resolução nº 086, de 17 de outubro de 2017).

Além das prerrogativas sobre a dinâmica de organização do colegiado do Curso, presentes na Organização Didática, aponta-se que o regulamento do referido órgão será construído por este coletivo, assim que implementado seu colegiado.

6.20 Quadro de pessoal

6.20.1 Corpo docente

Professor	Eixo de Atuação	Titulação	Regime de Trabalho
Ana Lúcia Olegário Saraiva	Turismo	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Andressa Caroline Schneider	Direito	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Bianca Pugen	Turismo	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Catia Eli Gemelli	Administração	Mestre	Dedicação Exclusiva
Ednei Luis Becher	Matemática	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Edval Moya Lopes	Engenharia Civil	Especialização	20h
Estevão da Fontoura Haeser	Artes Visuais	Mestre	Dedicação Exclusiva
Fernanda Arboite de Oliveira	Panificação e Confeitaria	Doutorado	Dedicação Exclusiva
João Paulo Agostini	Administração	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Jose Claudio Correa Seferim	Administração	Mestrado	Dedicação Exclusiva
Mariana Afonso Ost	Educação Física	Mestrado	Dedicação Exclusiva
Marlon Andre da Silva	Educação Física	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Milene Araújo Vitorino	Letras	Especialização	Dedicação Exclusiva
Patrícia Prochnow	Informática	Mestrado	Dedicação Exclusiva
Roberto Saouaya	Administração	Mestrado	Dedicação Exclusiva

6.20.2 Corpo técnico-administrativo

Servidor	Cargo	Área de Atuação
Éder José Morari	Assistente administrativo	Coordenador de
		Desenvolvimento Institucional
André Bohn de Oliveira	Assistente em Administração	Setor de Registros
		Acadêmicos
Gabriel Antônio Dalla Colletta da	Assistente administrativo	Setor de Registros
Costa		Acadêmicos
Gabriel de Castro Tereza	Assistente em Administração	Setor de Registros
	-	Acadêmicos

Vera Marisa Gasparetto	Assistente em Administração	Setor de Registros Acadêmicos	
Antonio Sperandio	Assistente de alunos	Assistência Estudantil	
Eduardo Santos Ávila	Assistente de alunos	Assistência Estudantil	
Gabriel Silveira Pereira	Assistente de alunos	Assistência Estudantil	
Giane Silva Santos	Assistente de alunos	Assistência Estudantil	
Maryá Gil Grassmann	Assistente de alunos	Assistência Estudantil	
Lidiane Barreto Alves Zwick	Tradutora-Intérprete de Língua Brasileira de Sinais	Tradutora-Intérprete de Língua Brasileira de Sinais	
Luana Monique Delgado Lopes	Bibliotecária	Acervo Bibliográfico	
Nairana Flores da Rosa	Auxiliar de Biblioteca	Acervo Bibliográfico	
Michelen T. R. F. de Campos Andrighetto	Assistente em Administração	Acervo Bibliográfico	
Eloise Bocchese Garcez	Técnico em Assuntos Educacionais	Assistência Educacional	
Marcelo Vianna	Técnico em Assuntos Educacionais	Assistência Educacional	
Marinês Verônica Ferreira	Técnico em Assuntos Educacionais	Assistência Educacional	
Maria Cristina Schefer	Pedagoga	Assistência Educacional	
Paola Cardoso Purin	Pedagoga	Assistência Educacional	
Simone Cazzarotto	Psicóloga	Atendimento Psicológico	
Camila Vessozi da Silva	Assistente Social	Assistência Educacional	

6.21 Certificados e diplomas

Após a integralização dos componentes curriculares que compõem o Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Eventos, na modalidade presencial, e da realização da correspondente prática profissional, será conferido ao egresso o Diploma de Técnico de Nível Médio em Eventos. Destaca-se que o Diploma receberá o número de cadastro do Sistec, atendendo assim ao artigo 22º § 2º da Resolução CNE/CEB nº 06, de 20 de setembro de 2012. Além da menção do eixo tecnológico do curso, conforme artigo 38 § 2º da Resolução CNE/CEB nº 06, de 20 de setembro de 2012. Nas situações que envolvem adaptações curriculares, para estudantes com necessidades educacionais específicas, serão seguidas as normativas e diretrizes presentes nas normativas do IFRS e na legislação vigente.

6.22 Infraestrutura

Deverão compor o quadro de instalações necessárias para a realização do curso:

a) Salas de aula, equipadas com: cadeiras, mesas, quadro branco, equipamento multimídia;

- b) Biblioteca com acervo específico e atualizado: livros, revistas, periódicos;
- c) Laboratório de Informática;
- d) Laboratório de Análise de Alimentos;
- e) Auditório e miniauditório.
- f) Sala de Música e de Educação Física.

Além desses laboratórios está previsto um espaço equipado para aulas teóricas e práticas, denominada Laboratório de Turismo e Hospitalidade. O IFRS – *Campus* Osório já oferece estrutura para Eventos, como auditório e miniauditório, púlpito, mesas e material multimídia. Será necessário, entretanto, um espaço específico para planejamento e organização dos eventos e, ainda, aquisição de:

- a) equipamentos para automação de controle em eventos (leitor de códigos de barras e softwares específicos);
- b) equipamentos para captação, edição e exibição de vídeo;
- c) equipamentos para utensílio de decoração e ambientação;
- d) microfones de mesa;
- e) panóplia.
- f) louçaria e equipamentos para alimentos e bebidas para eventos, que não sejam disponibilizados no Laboratório de Análise de Alimentos (toalhas brancas de mesa, taças de água, de vinho, de espumante, de digestivos, souplat, baldes de gelo).

7 CASOS OMISSOS

Caberá ao Departamento Pedagógico, ao Colegiado de Curso e à Diretoria de Ensino tomar providências em relação aos casos omissos.

8 REFERÊNCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR: 16513:2016** - Organizador de eventos - Competências pessoais. São Paulo: 2016a.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 16004:2016**. Eventos - Classificação e terminologia. São Paulo: 2016b.

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. & ALVES, Leonir Pessate. Processos de ensinagem na universidade pressupostos para as estratéglas de trabalho em aula. / orgs. Léa das Graças Camargos Anastasiou, Leonir Pessate Alves. 5. ed.. - Joinville :UNIVILLE, 2005.

2005.
BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil : promulgada em 5 de outubro de 1988. Contêm as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988.
Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, Cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências.
Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), 2017. Disponível em: http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloA-Z.jsf. Acesso em: set. de 2019.
Decreto nº 4.281/2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. DOU 26.6.2002 .
Lei nº 6.938/1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. DOU 2.9.1981 .
Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Publicado no DOU de 23.12.1996 . Disponível no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: set. de 2019.
Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: set. de 2019.
Lei nº 11.892, de 29/12/2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF. Publicado no D. O. U de 30/12/2008 .
Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: Acesso em: set. de 2019.
Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Resolução

CNE/CEB nº 4/2010. BRASIL.

_____. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Resolução CNE/CEB nº 2/2012. BRASIL.

____. Ministério da Educação. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Brasília: MEC, 3. E.d., 2016.

____. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 (*). Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

BRITTO, Janaína e FONTES, Nena. **Estratégias para eventos:** uma ótica do marketing e do turismo. São Paulo, SP: Aleph, 2002.

CESCA, Cleuza G. Gimenes. **Organização de eventos:** manual para planejamento e execução. São Paulo: Summus, 1997.

CREMA, Roberto. **Cuidar da Paz.** Disponível em: http://lojateosoficadharma.blogspot.com.br/2017/01/cuidar-da-paz-roberto-crema.html. Acesso em: set. de 2019.

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **FEEDADOS:** unidades geográficas. Disponível em: http://feedados.fee.tche.br/feedados/#!home/unidadesgeograficas/microrregioes/9>. Acesso: em jan. 2017.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Trad. Rosisca Darcy de Oliveira. 7. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 42 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. RAMOS, Marise. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores (excertos). Disponível em:Ramoshttp://www.pb.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201179171745208frigotto _ciavatta_ramos_o_trabalho_como_principio_educativo.pdf. Acesso em: mar. de 2017.

GIACAGLIA, Maria Cecília. **Organização de eventos:** teoria e prática. São Paulo: Cengale LEarning, 2008.

IFRS. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Instrução Normativa Proen 001/2015 – Normatiza as diretrizes gerais do Capítulo II, Título I, da Organização Didática do IFRS (Resolução Consup № 046, de 08.05.2015) e estabelece orientações para a metodologia de ensino no âmbito dos Cursos do IFRS. Bento Goncalves: Pró-Reitoria de Ensino do IFRS, 2015.

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Instrução Normativa Nº 12, de 21 de dezembro de 2018. Regulamenta os fluxos e procedimentos de identificação, acompanhamento e realização do Plano Educacional Individualizado (PEI) dos estudantes com necessidades educacionais específicas do IFRS. Bento Gonçalves: Pró-Reitoria de Ensino do IFRS, 2018.
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul . Resolução nº 109, de 20 de dezembro de 2011. Bento Gonçalves: Conselho Superior do IFRS, 2011.
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019 – 2023 . Resolução nº 084, de 11 de dezembro de 2018. Bento Gonçalves: Conselho Superior do IFRS, 2018.
Organização Didática . Resolução nº 086, de 17 de outubro de 2017. Bento Gonçalves: Conselho Superior do IFRS, 2017.

JORNAL DO COMÉRCIO. População do Litoral Norte cresce mais de 140% no verão. Disponível em: http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2016/06/economia/506235-populacao-do-litoral-norte-cresce-mais-de-140-no-verao.html. Acesso em dez. 2016 LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar.** São Paulo: Cortez, 1996.

Martin, V. (2015). **Manual prático de eventos:** gestão estratégica, patrocínio e sustentabilidade. (1nd ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.

MARTINS, Lígia Márcia. Ensino-pesquisa-extensão como fundamento metodológico da construção do conhecimento na universidade. Bauru: UNESP, 2008. Disponível em: Acesso em: nov de 2019.

MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO (MTG-RS). **Relatório Anual 2019: MTG-RS**. Acesso em: 21/01/2020. Disponível em:

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação

João Pinheiro. Acesso em jan. 2017. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/

PROCHNOW, Patrícia. **Ensino, pesquisa e extensão em EaD:** uma experiência no curso de Guia de Turismo no IFRS. 2016, 108 f. Dissertação (mestrado em Educação) — Centro Universitário La Salle, Canoas. 2016.

SILVA, Marina Raymundo da. **Viajando pelo município de Osório**. Porto Alegre: Alternativa, 2018.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Metodologia Dialética em Sala de Aula. In: **Revista de Educação AEC.** Brasília: abril de 1992 (n. 83).

Osório, 28 de novembro de 2019.

Claudino Andrighetto Diretor Geral

9 ANEXOS

- Anexo 1 Portaria nº 36, de 22 de fevereiro de 2017.
- Anexo 2 Portaria 124, de 10 de julho de 2019.
- Anexo 3 Regulamento dos Laboratórios de Informática.
- Anexo 4 Regulamento do Laboratório de Panificação.